



7.ª Reunião do Comité de Acompanhamento

NERE - Núcleo Empresarial da Região de Évora | 25-11-2025



Cofinanciado pela
União Europeia



PROPOSTA DE ORDEM DE TRABALHOS

- 1 Aprovação da proposta da Ordem de Trabalhos e outras informações
- 2 Resultados do PIACC e desafios às políticas públicas de educação e formação de adultos
- 3 Ponto de Situação da implementação do PESSOAS 2030
- 4 Ponto de Situação das negociações do QFP 2028-2034
- 5 Outros assuntos

Resultados do PIACC e desafios às políticas públicas

Resultados do PIAAC e desafios para as políticas públicas de

Luís Rothes

Reunião da Comissão de Acompanhamento do PESSOAS 203
0 | 25 de novembro de 2025, Évora



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Agenda

1. O PIAAC
2. Alguns resultados do *Inquérito às Competências dos Adultos* (2023)
3. Desafios: tópicos para um debate necessário

1. O PIAAC

Com realização prevista a **cada dez anos**, o PIAAC tem no *Inquérito às Competências dos Adultos* a sua principal componente:

- A recolha de dados é realizada presencialmente, **no domicílio da pessoa inquirida**, com recurso a um *tablet* equipado com um *software* especificamente criado para o efeito;
- As entrevistas, conduzidas por profissionais devidamente treinados duram, **em média, entre 90 e 120 minutos**;
- O Inquérito dirige-se a pessoas com idades compreendidas **entre os 16 e os 65 anos, residentes no país** à data da inquirição
- Os resultados são apresentados em **escalas de 500 pontos**. As escalas encontram-se divididas em **seis níveis de proficiência**: de “Abaixo do Nível 1” ao “Nível 5”, sendo o desempenho dos adultos com proficiência de “Nível 1” ou “Abaixo de Nível 1” considerado insuficiente para lidar com os desafios essenciais típicos das nossas sociedades (*low performers*).

31 países participantes na Ronda 1 do Ciclo 2 do PIAAC (2018-2024)

Alemanha, Áustria, Bélgica (Flandres), Canadá, Chéquia, Chile, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estónia, EUA, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letónia, Lituânia, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido (Inglaterra), Singapura, Suécia e Suíça.

160.000 respondentes, representando 673 milhões de pessoas adultas com entre 16 e 65 anos



1. O PIAAC

Questionário de enquadramento

- Características demográficas
- Educação e formação
- *Background* social e linguístico
- Situação laboral e rendimentos
- Resultados sociais
- Qualidade do ambiente de trabalho **NOVO**

Módulo sobre o uso de competências

- Competências cognitivas
- Interação e competências sociais
- Competências de aprendizagem

Competências socioemocionais **NOVO**

- Atributos, comportamentos e crenças individuais, tais como conscienciosidade, abertura de espírito, autoeficácia e relacionamento com os outros

Avaliação Direta

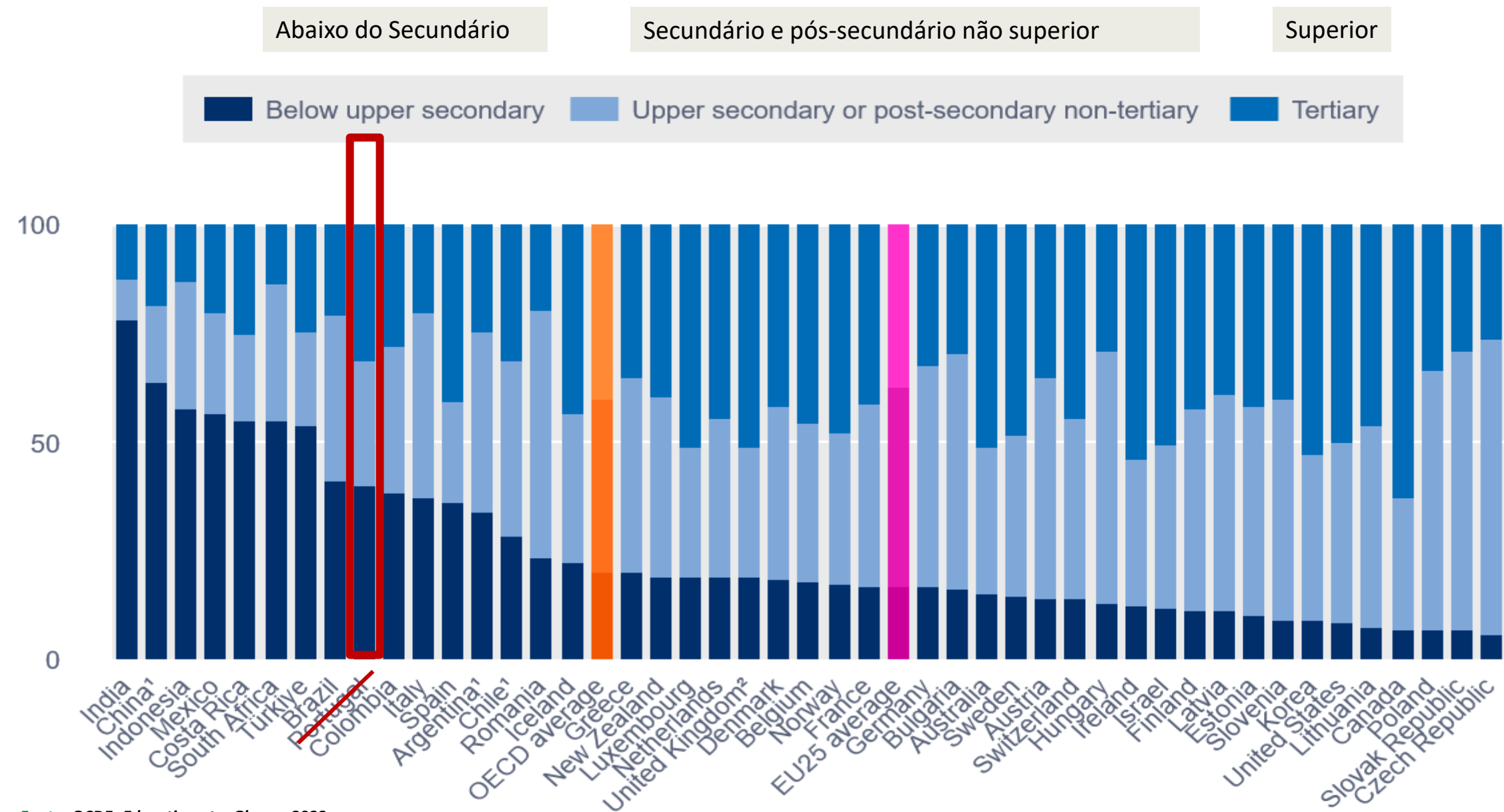
- Literacia
- Numeracia
- Resolução de problemas em ambientes tecnológicos ricos (*SÓ NO CICLO 1*)
- Resolução adaptativa de problemas **NOVO**

Módulo de Empregadores

(OPCIONAL) NOVO

- Necessidades de competências sentidas pelas empresas, estratégias para colmatar lacunas, fatores empresariais que afetam a procura de competências

Nível de escolaridade dos adultos (25-64 anos), em 2022 (%): UM QUADRO MUITO PREOCUPANTE1



Fonte: OCDE, *Education at a Glance*, 2023.

2. Alguns resultados do *Inquérito...*

A proficiência média dos adultos portugueses em literacia, numeracia e resolução de problemas situa-se em níveis inferiores à média da OCDE

2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Pontuação média em literacia

- Statistically significantly above the OECD average
- Not statistically significantly different from the OECD average
- Statistically significantly below the OECD average

Mean score	Comparison country/economy	Countries and economies whose mean score is not statistically significantly different from the comparison country's/economy's score
296	Finland	Netherlands Norway Flemish Region (BE) Denmark, Estonia Flemish Region (BE), Canada, England (UK) Canada, Denmark Denmark, England (UK) Germany Switzerland Czechia, New Zealand
289	Japan	
284	Sweden	
281	Norway	
279	Netherlands	
276	Estonia	
275	Flemish Region (BE)	
273	Denmark	
272	England (UK)	
271	Canada	
266	Switzerland	
266	Germany	
263	Ireland	
260	Czechia	Ireland, New Zealand, United States
260	OECD average	Czechia, New Zealand, United States
260	New Zealand	Czechia, Ireland, United States
258	United States	Czechia, Croatia, New Zealand
255	France	Austria, Croatia, Singapore, Slovak Republic Austria, France, Croatia, Slovak Republic France, Croatia, Singapore, Slovak Republic Austria, France, Singapore, Slovak Republic, United States Austria, France, Croatia, Singapore Spain, Hungary, Latvia Spain, Italy, Korea, Latvia Spain, Hungary, Italy, Korea Hungary, Italy, Korea, Latvia Spain, Hungary, Israel, Latvia Italy Poland*, Portugal Lithuania, Portugal Lithuania, Poland*
255	Singapore	
254	Austria	
254	Croatia	
254	Slovak Republic	
249	Korea	
248	Hungary	
248	Latvia	
247	Spain	
245	Italy	
244	Israel	
238	Lithuania	
236	Poland*	
235	Portugal	
218	Chile	

Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabela A.2.1 (L).

2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Pontuação média em numeração

	Statistically significantly above the OECD average
	Not statistically significantly different from the OECD average
	Statistically significantly below the OECD average

Mean score	Comparison country/economy	Countries and economies whose mean score is not statistically significantly different from the comparison country's/economy's score
294	Finland	Netherlands, Norway Netherlands, Sweden Norway, Sweden Flemish Region (BE), Denmark Denmark, Estonia Flemish Region (BE), Estonia Singapore Switzerland, Germany Canada, Singapore Germany, England (UK) Austria, Canada, Czechia Austria, England (UK) Czechia, England (UK)
291	Japan	
285	Sweden	
285	Norway	
284	Netherlands	
281	Estonia	
279	Flemish Region (BE)	
279	Denmark	
276	Switzerland	
274	Singapore	
273	Germany	
271	Canada	
268	England (UK)	
267	Czechia	
267	Austria	
263	OECD average	Latvia, Slovak Republic
263	Latvia	Slovak Republic
261	Slovak Republic	Ireland, Latvia
260	Ireland	New Zealand, Slovak Republic Croatia, Hungary, New Zealand France, Croatia, Hungary, Ireland, Korea France, Croatia, Korea, New Zealand France, Hungary, Korea, New Zealand Croatia, Hungary, New Zealand United States Spain, Israel, Italy, Lithuania Italy, Lithuania, United States Israel, Italy, United States Israel, Lithuania, United States Portugal Poland*
257	France	
256	New Zealand	
254	Hungary	
254	Croatia	
253	Korea	
250	Spain	
249	United States	
246	Israel	
246	Lithuania	
244	Italy	
239	Poland*	
238	Portugal	
214	Chile	

Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabela A.2.1 (N).

2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Pontuação média em resolução adaptativa de problemas

	Statistically significantly above the OECD average
	Not statistically significantly different from the OECD average
	Statistically significantly below the OECD average

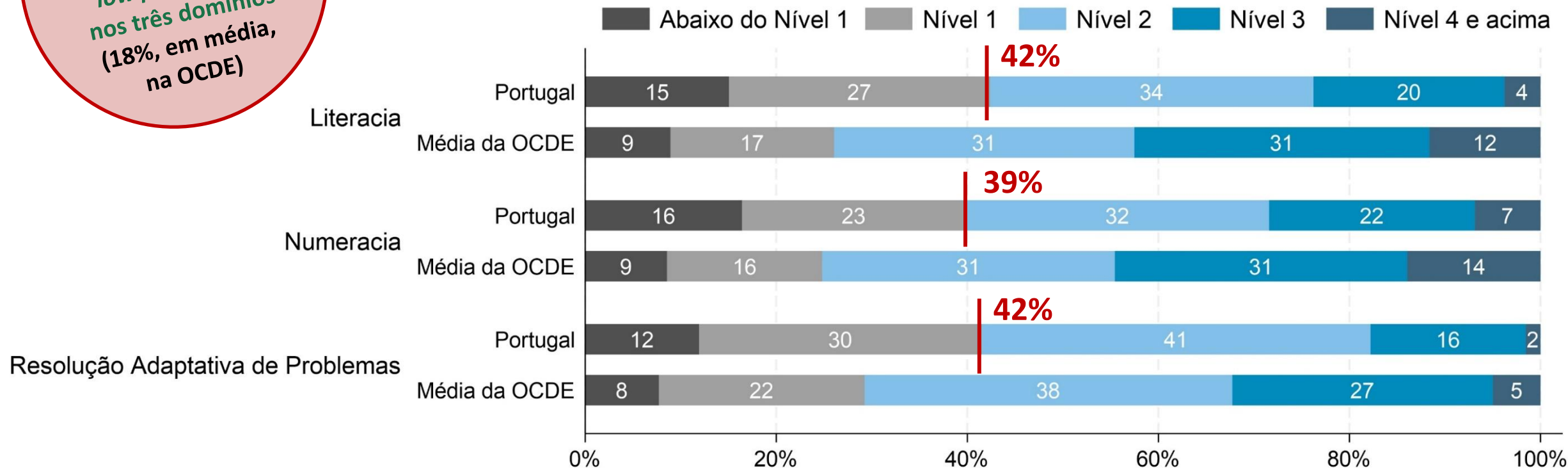
Mean score	Comparison country/economy	Countries and economies whose mean score is not statistically significantly different from the comparison country's/economy's score
276	Finland	Japan
276	Japan	Finland
273	Sweden	Norway
271	Norway	Sweden
265	Netherlands	Denmark, Estonia
264	Denmark	Estonia, Netherlands
263	Estonia	Flemish Region (BE), Denmark, Netherlands
262	Flemish Region (BE)	Germany, Estonia
261	Germany	Flemish Region (BE), Canada, England (UK)
259	Canada	Germany, England (UK)
259	England (UK)	Canada, Switzerland, Germany
257	Switzerland	England (UK)
253	Austria	New Zealand, Singapore
252	Singapore	Austria, Czechia, New Zealand
251	OECD average	Czechia, New Zealand, Singapore
250	Czechia	Ireland, New Zealand, Singapore, United States
249	New Zealand	Austria, Czechia, France, Ireland, Singapore, Slovak Republic, United States
249	Ireland	Czechia, France, New Zealand, Slovak Republic, United States
248	France	Ireland, New Zealand, Slovak Republic, United States
247	United States	Czechia, France, Ireland, New Zealand, Slovak Republic
247	Slovak Republic	France, Ireland, Latvia, New Zealand, United States
244	Latvia	Slovak Republic
241	Spain	Hungary
241	Hungary	Spain
238	Korea	Croatia, Israel
236	Israel	Croatia, Korea, Portugal
235	Croatia	Israel, Korea, Portugal
233	Portugal	Croatia, Israel, Italy, Lithuania
231	Italy	Lithuania, Portugal
230	Lithuania	Italy, Portugal
226	Poland*	
218	Chile	

2. Alguns resultados do *Inquérito...*

Os níveis de proficiência média observados em Portugal refletem a presença de uma proporção muito elevada de adultos com níveis de proficiência baixos (“Nível 1” e “Abaixo do Nível 1”), em todos os domínios estudados

3. Alguns resultados do *Inquérito*...

30% dos adultos portugueses são *low performers* nos três domínios (18%, em média, na OCDE)



Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabela A.2.2.

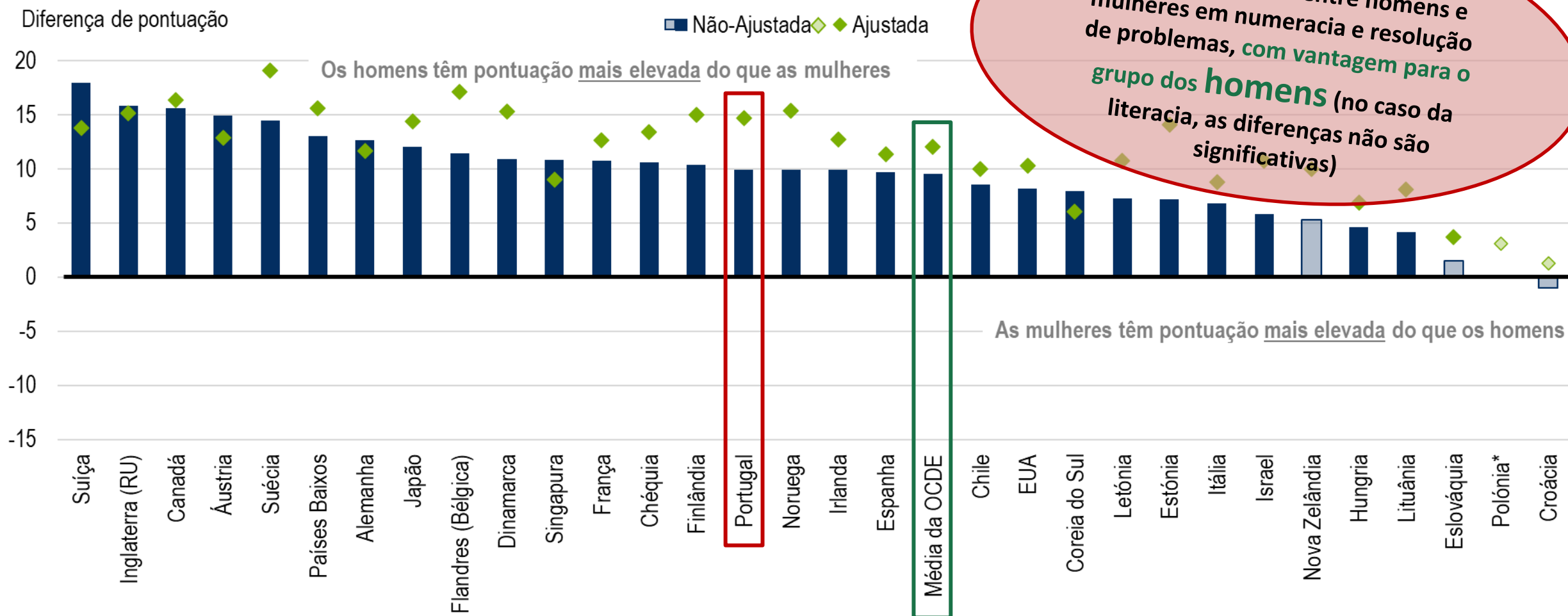
2. Alguns resultados do *Inquérito...*

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

O género

Diferenças de proficiência em numeracia, de acordo com o género

Diferenças ajustadas e não ajustadas da proficiência média em numeracia entre homens e mulheres



2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

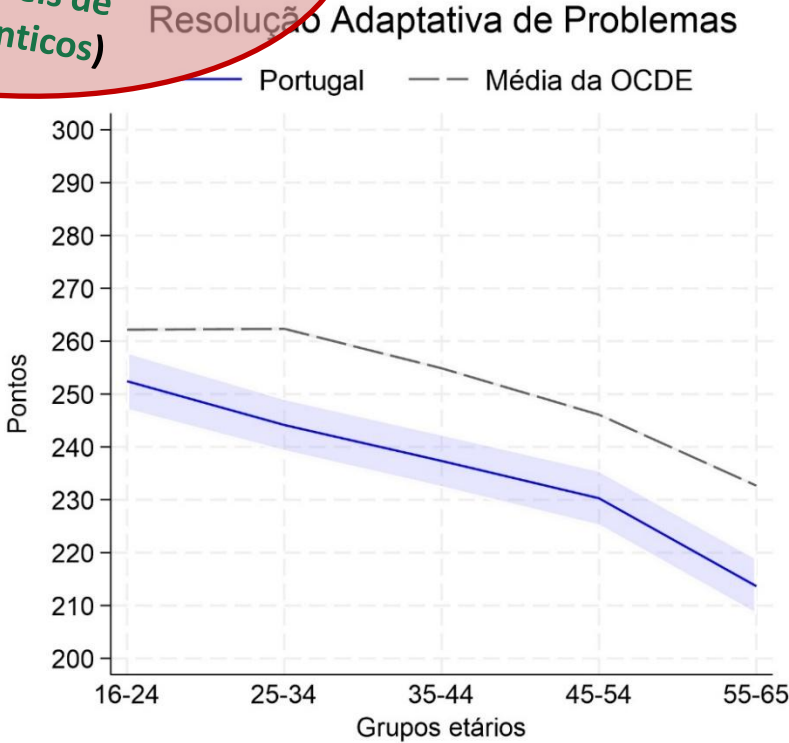
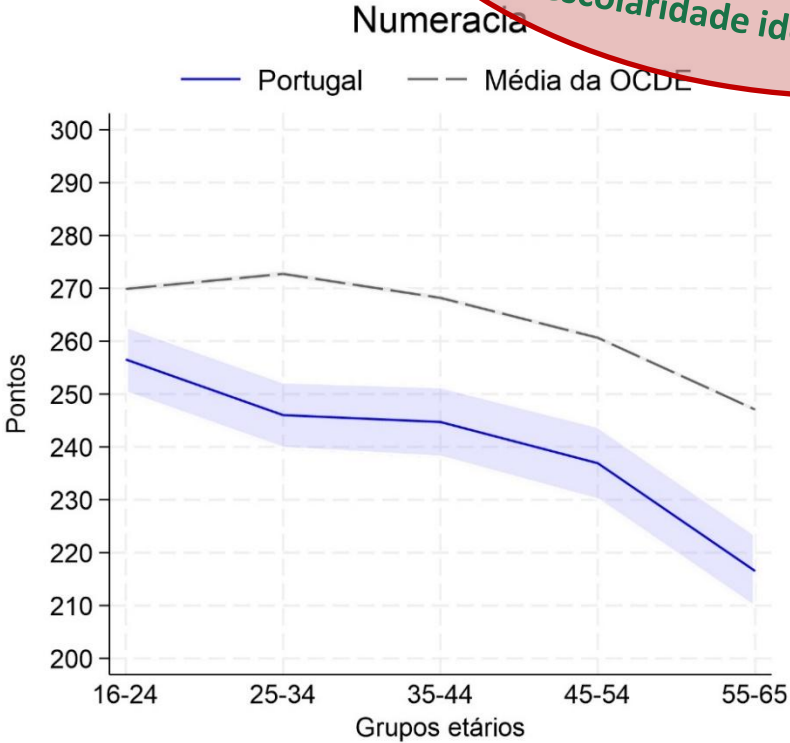
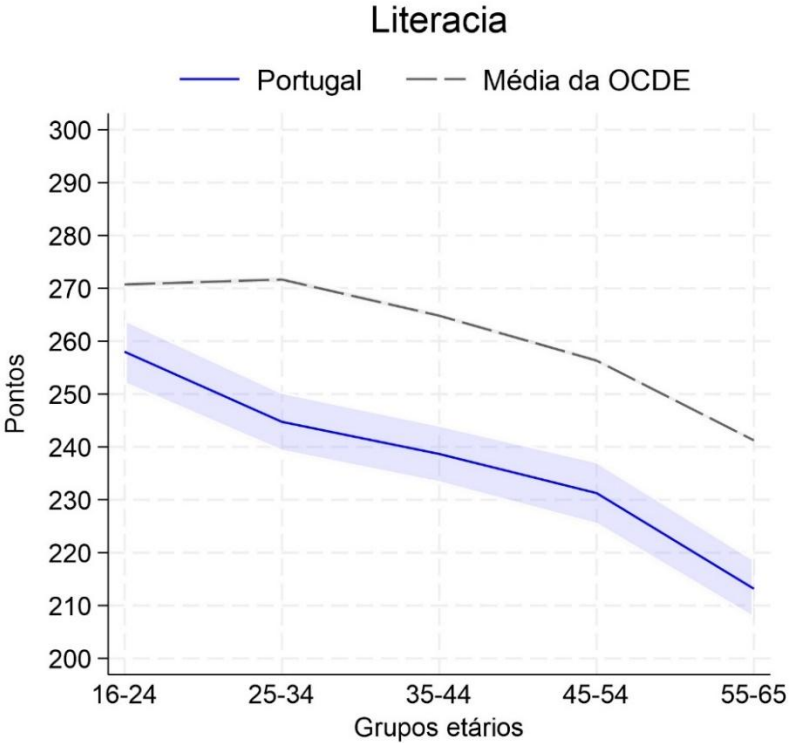
O género

A idade

Proficiência média em literacia, numeracia e resolução adaptativa de problemas, por grupo etário

Portugal e média da OCDE

Os adultos **mais jovens** são os mais proficientes e aqueles que mais se aproximam da média da OCDE (a proficiência diminui com a idade, mesmo considerando níveis de escolaridade idênticos)



Nota: As áreas sombreadas representam a medida de incerteza associada às estimativas para um intervalo de confiança de 95%.
Fonte: OCDE, *Survey of Adult Skills*, 2024, Tabela A.2.4.

2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

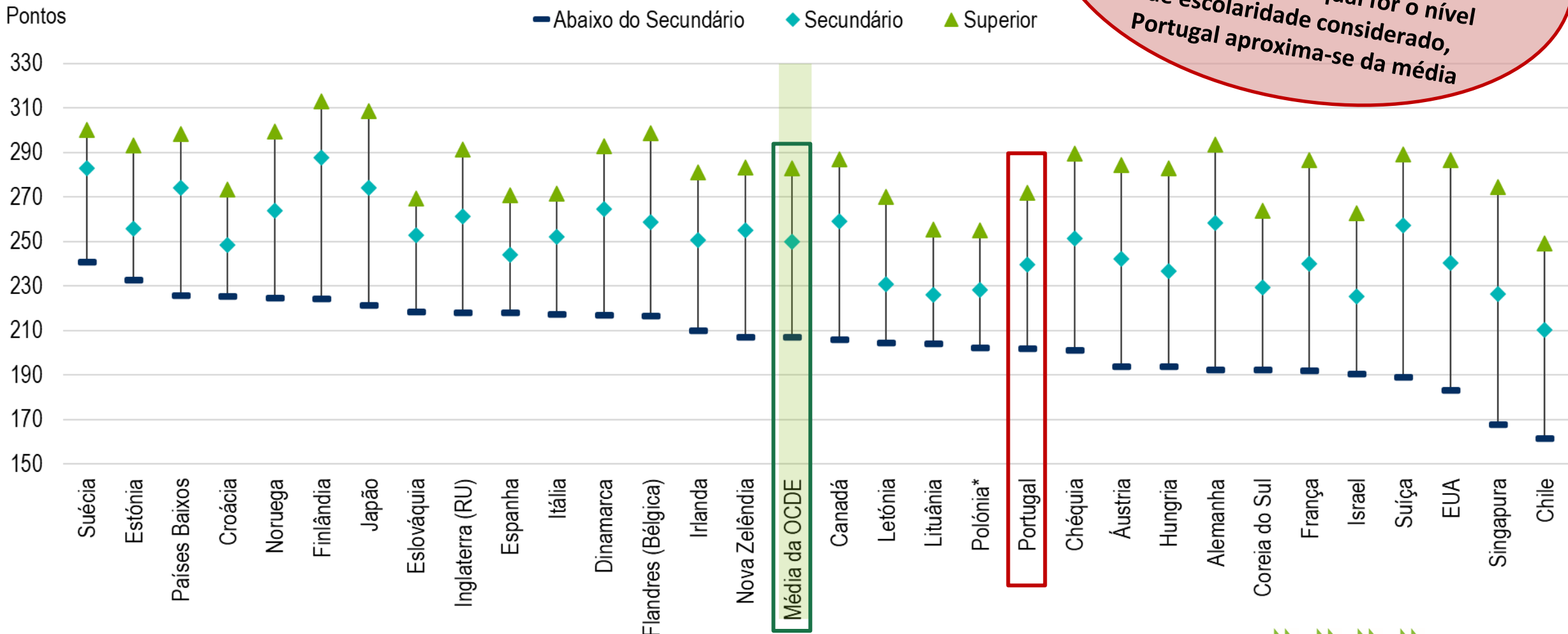
O género

A idade

O nível de escolaridade

Proficiência média em literacia, por nível de escolaridade

Adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos



Os adultos portugueses são os mais proficientes **mais qualificados** (272 pontos; média da OCDE: 282 pontos); seja qual for o nível de escolaridade considerado, Portugal aproxima-se da média

Fonte: OCDE, Survey of Adult Skills, 2024, Tabela A.2.5 (L), Annex A.

2. Alguns resultados do *Inquérito*...

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

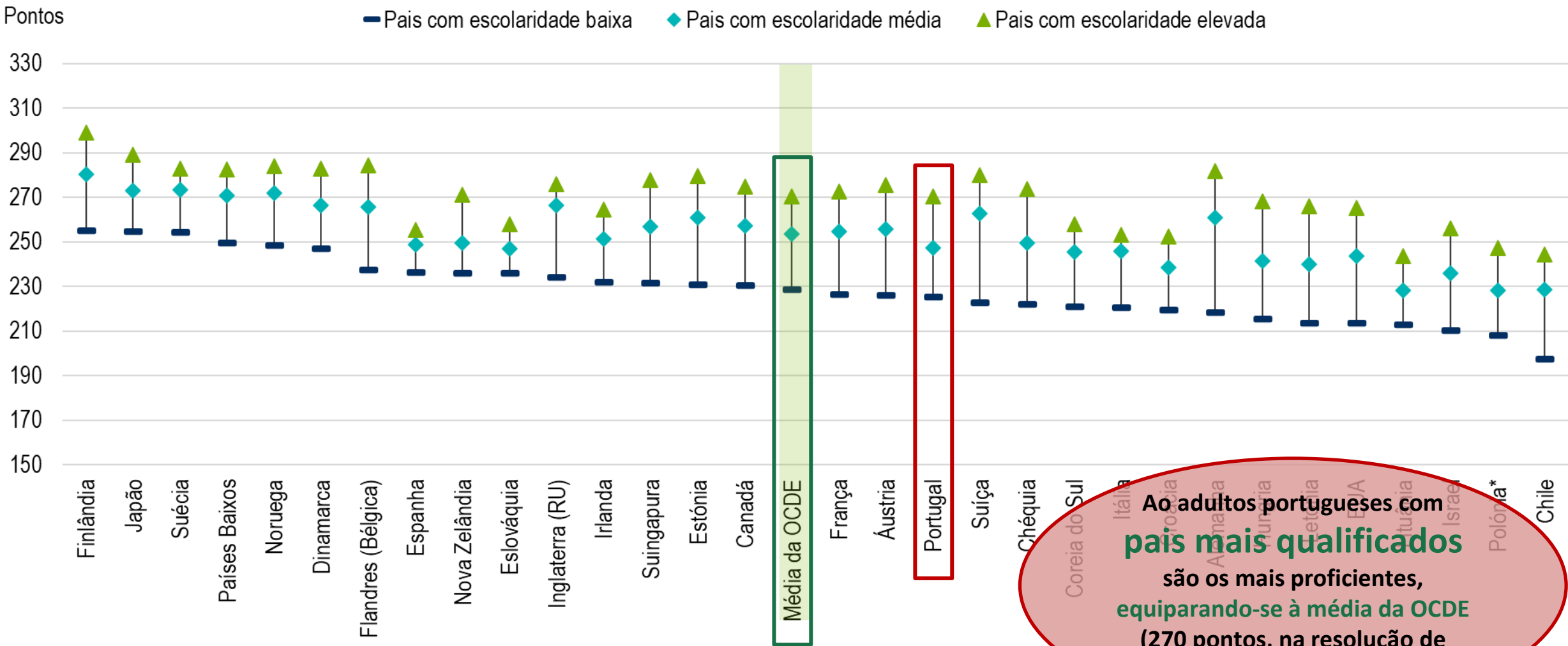
O género

A idade

O nível de escolaridade

O nível de escolaridade dos pais

Proficiência média na resolução adaptativa de problemas, por nível de escolaridade dos pais



Ao adultos portugueses com **país mais qualificados** são os mais proficientes, equiparando-se à média da OCDE (270 pontos, na resolução de problemas)

Fonte: OCDE, Survey of Adult Skills, 2024, Tabela A.2.12 (A), Annex A.

2. Alguns resultados do *Inquérito...*

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

O género

A idade

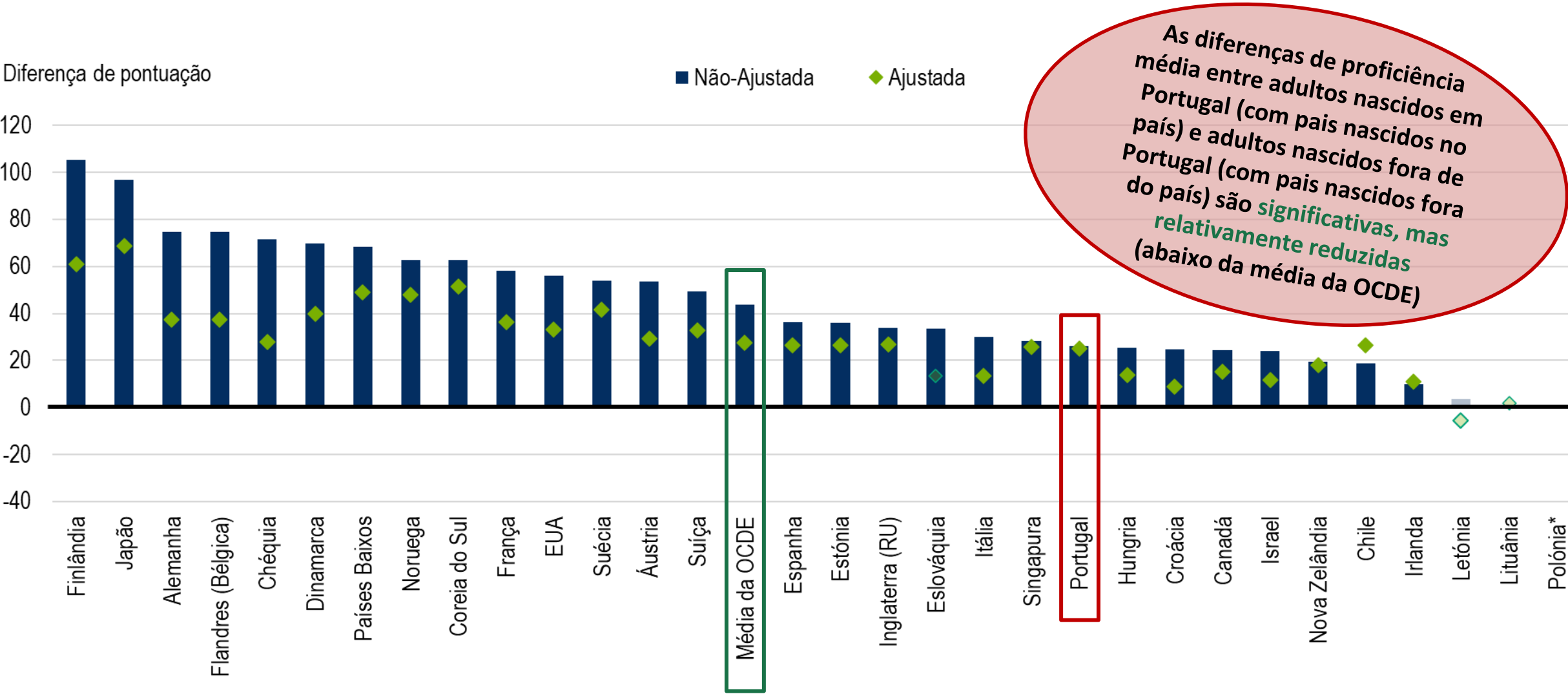
O nível de escolaridade

O nível de escolaridade dos pais

O estatuto migratório

Diferenças de proficiência em literacia, de acordo com o estatuto migratório

Diferenças ajustadas e não ajustadas da proficiência média em literacia entre adultos nascidos no país filhos de pais nascidos no país e adultos nascidos fora do país filhos de pais nascidos fora do país



Fonte: OCDE, Survey of Adult Skills, 2024, Tabela A.2.10 (L), Annex A.

2. Alguns resultados do *Inquérito...*

Os níveis de proficiência encontram-se distribuídos de forma diferenciada consoante...

O género

A idade

O nível de escolaridade

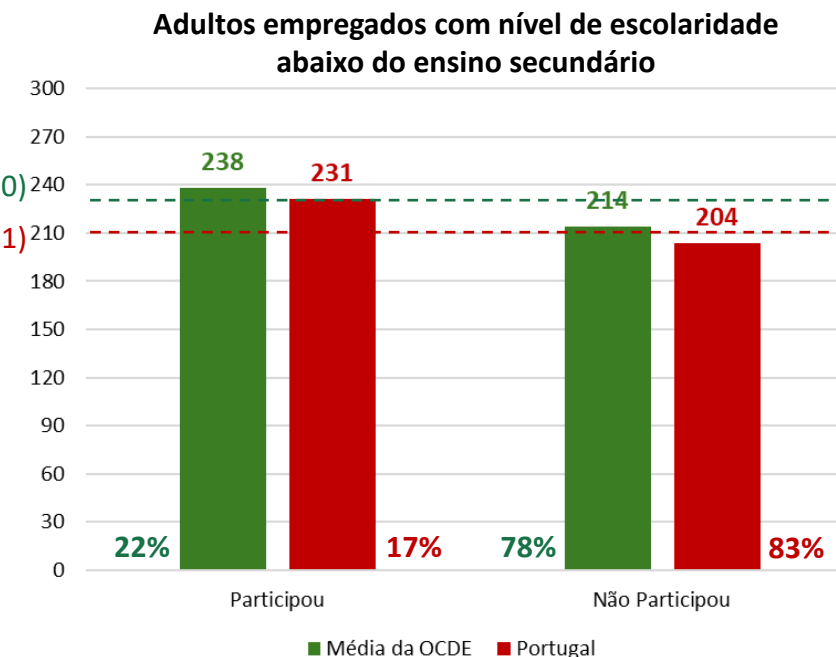
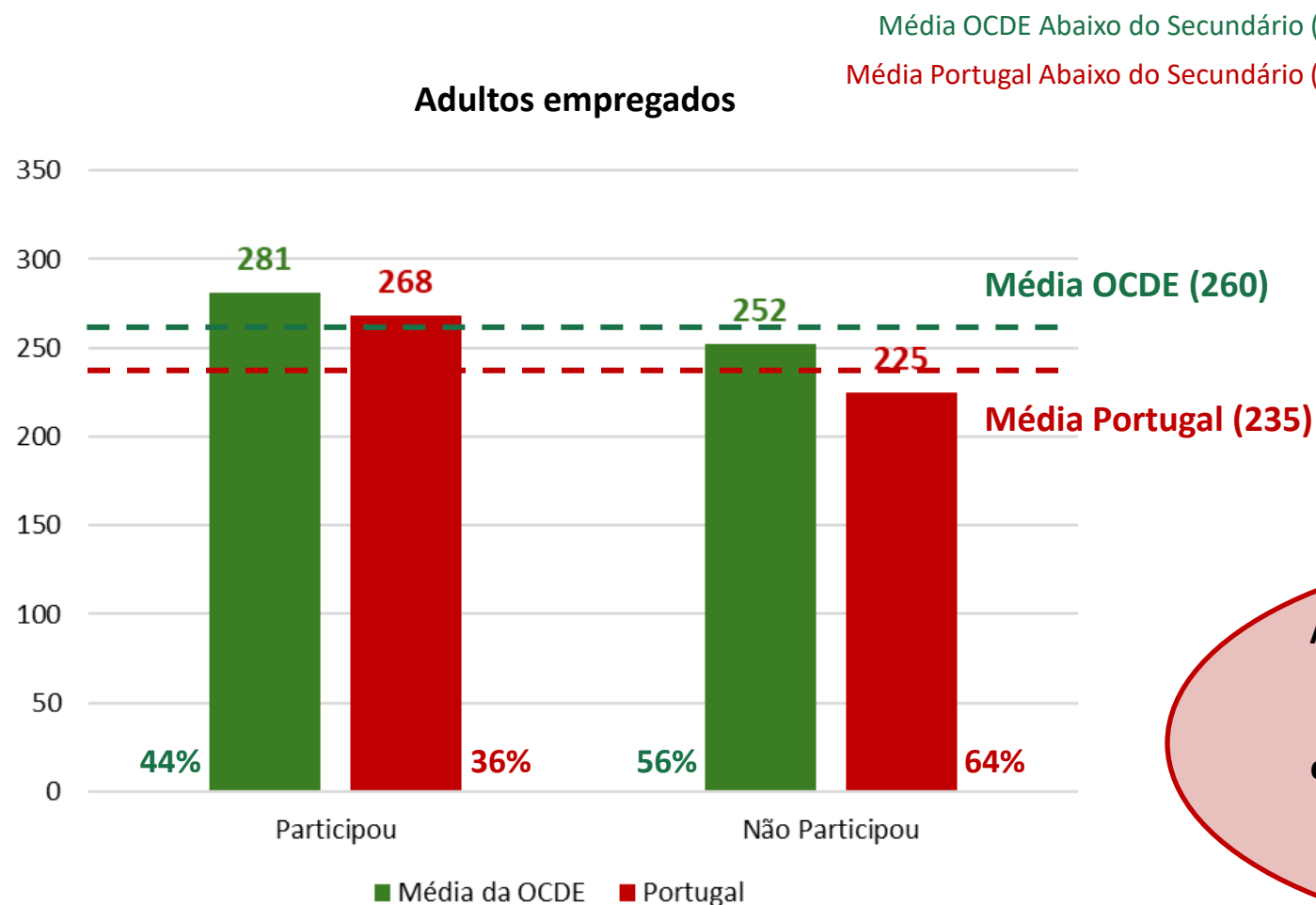
O nível de escolaridade dos pais

O estatuto migratório

A participação em educação-formação

Proficiência média em numeracia dos adultos empregados, segundo a participação em atividades formativas no último ano

Portugal e média da OCDE



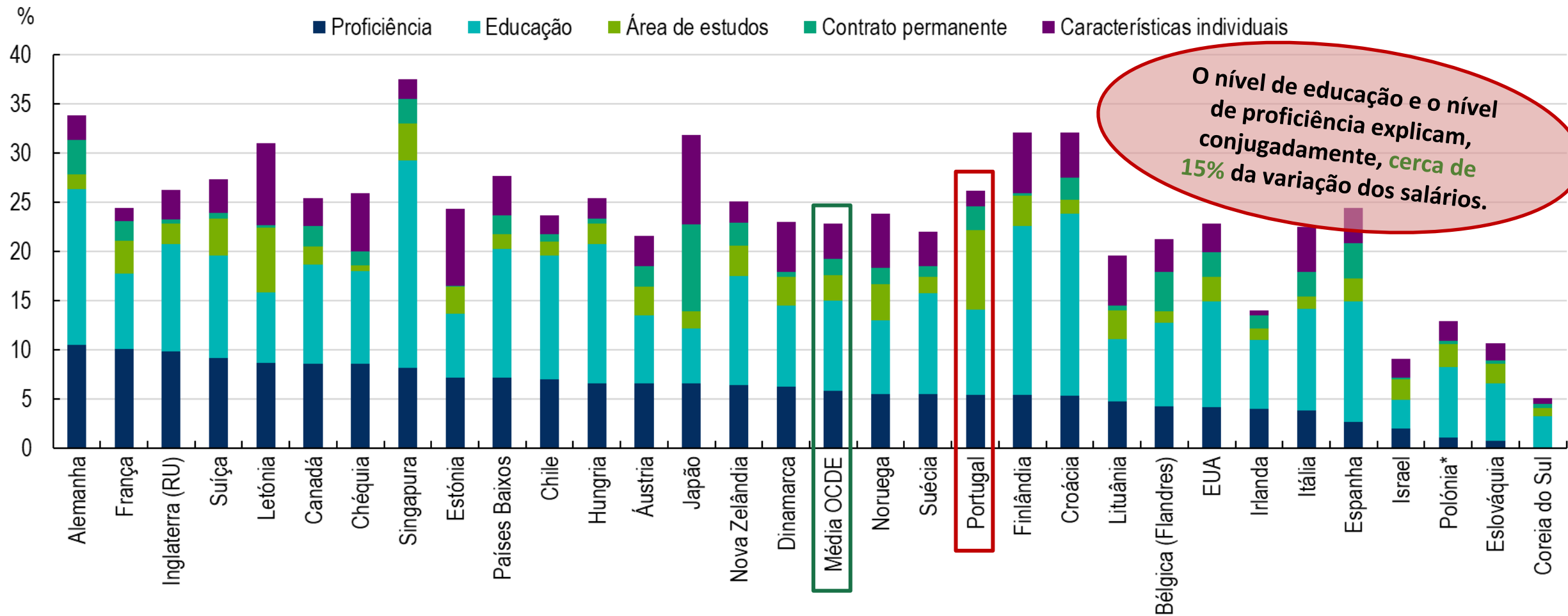
As diferenças de proficiência entre adultos empregados que participaram e adultos empregados que não participaram em atividades formativas **são relevantes e significativas**

2. Alguns resultados do *Inquérito...*

A proficiência dos adultos é determinante da empregabilidade, dos salários e de outros resultados sociais relativos ao bem-estar e ao empenhamento cívico

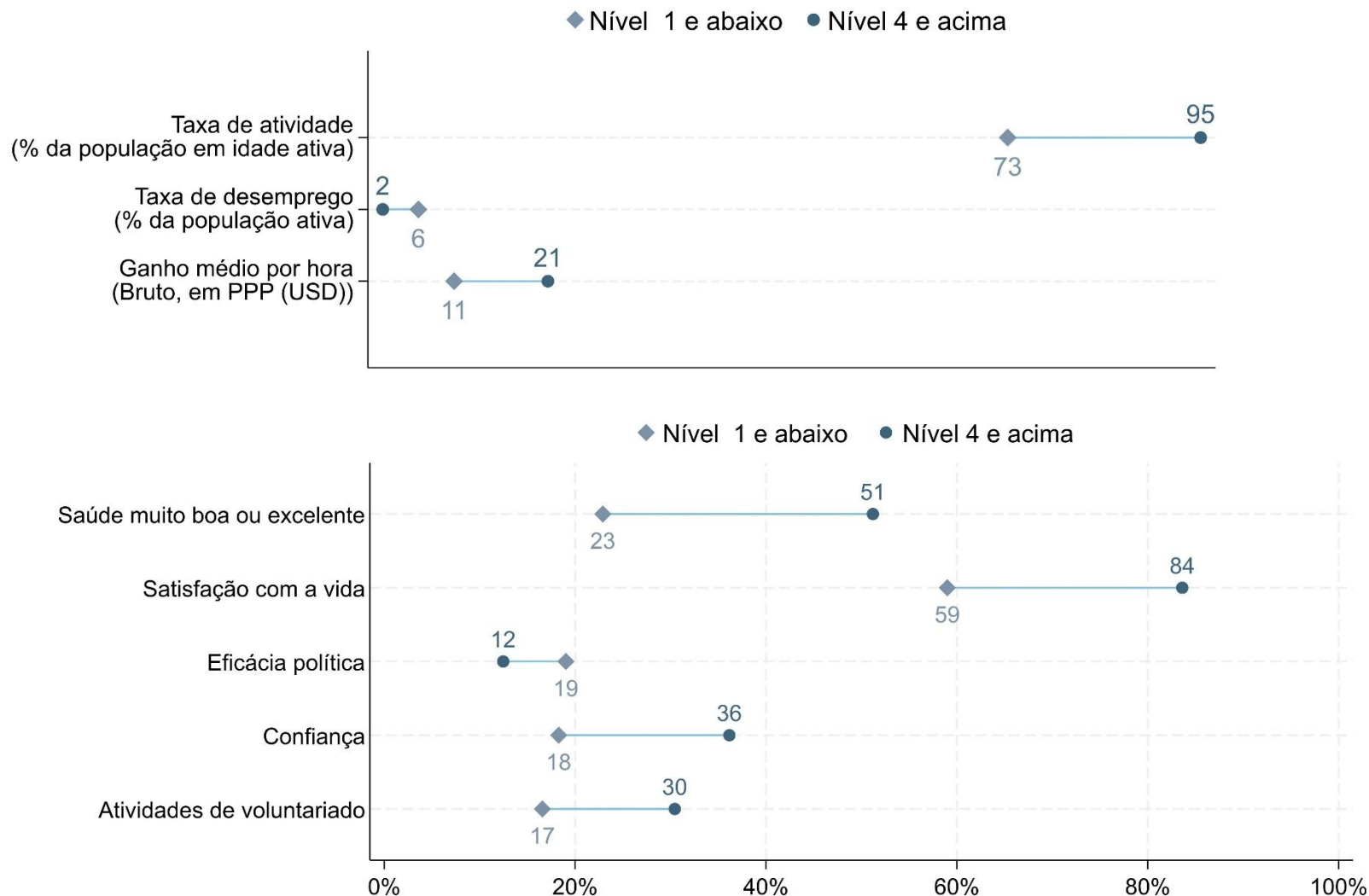
Percentagem de variação dos salários explicada por características observáveis

Adultos empregados com 25-65 anos que não frequentam a educação formal



Resultados económicos e sociais, por nível de proficiência em numeracia

Adultos com 25-65 anos que não frequentam a educação formal



Níveis de proficiência **mais elevados** estão associados a taxas de atividade e emprego mais elevadas, melhores salários e maior satisfação com a vida e empenhamento cívico

3. Desafios: tópicos para um debate necessário

1. Alterações pontuais não serão suficientes, são necessárias reformas de longo prazo
2. Superar as barreiras de custo por meio de incentivos financeiros
3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos
4. Fortalecimento de políticas direcionadas a grupos sub-representados

3.1. Alterações pontuais não serão suficientes, são necessárias reformas de longo prazo

- Os países que mais progrediram na participação de adultos na aprendizagem ao longo da última década – como a Irlanda e a Estónia – fazem-no através de reformas de longo prazo, institucionalmente integradas, que combinam incentivos financeiros, licenças para formação, envolvimento dos empregadores e processos de garantia de qualidade.
- Precisamos, para isso, de:
 - Avançar no **conhecimento da realidade**: múltiplas oportunidades de estudo a partir dos dados do PIAAC
 - Alargar a **consciência social** sobre a relevância do problema
 - Garantir **compromissos sociais e políticos** e a **consistência das políticas públicas**
 - Promover o **envolvimento institucional** mais alargado na construção de soluções: importância do envolvimento das **empresas, autarquias**, etc.
 - Reforçar os mecanismos de **garantia de qualidade**

3.2. Superar as barreiras de custo por meio de incentivos financeiros

- Vários países da OCDE introduziram ou desenvolveram mais políticas de **licenças remuneradas para formação** que permitem aos trabalhadores conciliar a aprendizagem, o emprego e os compromissos familiares.
- Dependendo da **duração** da licença para formação, ela pode permitir que os indivíduos participem em **formações mais substanciais**, necessárias num contexto de mudanças estruturais.
- Os países da OCDE desenvolveram uma série de instrumentos financeiros para apoiar a participação na aprendizagem de adultos, refletindo diferenças nas fontes de financiamento, mecanismos e grupos-alvo. De modo geral, duas principais alavancas políticas emergem:
 - **individualização dos incentivos à formação** através do apoio financeiro direto aos aprendizes, como as Contas Individuais de Aprendizagem (ILAs),
 - **subsídios para formação liderada pelo empregador**, que incentivam as empresas a investir no desenvolvimento da sua força de trabalho.

3.2. Superar as barreiras de custo por meio de incentivos financeiros

- Evidenciar a **vantagem fiscal** do investimento em incentivos financeiros para a formação:
 - pode **melhorar as taxas de emprego** e reduzir a dependência dos subsídios de desemprego e de outros programas de assistência social.
 - trabalhadores com qualificações mais elevadas tendem a receber **salários mais altos**, o que se traduz em maiores receitas fiscais
- **Simplificar os procedimentos administrativos**, fornecer orientações claras e acessíveis e garantir a **promoção ativa dos programas** disponíveis são passos essenciais para aumentar a adesão aos incentivos financeiros.
- Os incentivos financeiros não devem apenas encorajar a participação na educação e formação, mas também **assegurar que a formação realizada seja relevante** para as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho.
- A experiência com as Contas Individuais de Aprendizagem (CIAs), em diversos países, destacou a **importância de uma supervisão rigorosa para garantir a qualidade dos programas de incentivo financeiro**. O estabelecimento de padrões claros de acreditação, o monitoramento contínuo dos resultados da formação e a avaliação regular da qualidade dos cursos são medidas essenciais para garantir que os incentivos financeiros apoiem uma educação e formação eficazes e de alta qualidade.

3.3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos

- Grande parte da aprendizagem não formal de adultos é frequentemente de curta duração e focada em formações de conformidade, como saúde e segurança, em vez do desenvolvimento de competências mais abrangentes. No entanto, ainda é um desafio garantir que essas qualificações sejam de alta qualidade, reconhecidas pelos empregadores e acessíveis a todos os trabalhadores.
- Apesar desses benefícios para indivíduos, empregadores e a economia em geral, muitos países da OCDE continuam enfrentando desafios na criação de percursos de aprendizagem mais flexíveis. Em resposta, três alavancas políticas principais:
 - reconhecimento da aprendizagem prévia;
 - a modularização e as microcredenciais;
 - a garantia de qualidade e de relevância.

3.3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos

- O **Reconhecimento da Aprendizagem Prévia** (RAP): apesar do seu potencial, o RAP continua **subutilizado em muitos países (não em Portugal)** devido a procedimentos complexos, métodos de avaliação inconsistentes e conhecimento limitado destes processos.
- Ainda existem **desafios para garantir consistência, transparência e reconhecimento no mercado de trabalho**. Muitos sistemas de reconhecimento de aprendizagem prévia ainda exigem que os indivíduos forneçam extensa documentação, o que prejudica aqueles que se encontram em empregos informais ou atípicos.
- Além disso, embora o RAP esteja incorporado em alguns Quadros Nacionais de Qualificações, muitas vezes há uma **lacuna entre a política e a prática**, com empregadores e instituições de ensino relutantes em aceitar plenamente experiências de aprendizagem não certificadas.

3.3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos

- A **aprendizagem modular** – em que os cursos são divididos em unidades menores e cumulativas – surgiu como uma forma eficaz de proporcionar oportunidades de aperfeiçoamento profissional flexíveis e direcionadas.
- O número crescente de **microcredenciais** – frequentemente emitidas por diferentes instituições, incluindo universidades, escolas e empresas privadas – levanta **preocupações sobre sua transferibilidade e reconhecimento no mercado de trabalho**. Sem estruturas padronizadas, existe o risco de fragmentação se as microcredenciais não apresentarem percursos claros de progressão para qualificações mais elevadas ou para a obtenção de confiança por parte dos empregadores.
- Os países estão a **trabalhar para resolver este problema através da criação de sistemas de transferência de créditos que permitem aos alunos acumular qualificações para obter diplomas formais**, garantindo a coerência nos percursos de aprendizagem modulares.

3.3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos

- Com a crescente disponibilidade de oportunidades de aprendizagem flexíveis – especialmente sob a forma de cursos curtos e modulares e microcredenciais – garantir a sua qualidade e relevância para o mercado de trabalho tornou-se uma preocupação política premente.
- As estruturas existentes muitas vezes não foram concebidas para acomodar formatos de aprendizagem descentralizados e em rápida evolução. As microcredenciais, em particular, apresentam desafios específicos: a sua força reside na rapidez e adaptabilidade às necessidades de competências em constante mudança, mas essa mesma flexibilidade pode comprometer a consistência dos padrões e a comparabilidade entre os fornecedores.
- Em resposta, os países estão começando a adaptar os seus sistemas de garantia de qualidade para abranger novas formas de aprendizagem. A Nova Zelândia é um dos poucos países que estabeleceu um processo independente de garantia de qualidade para programas de microcredenciais. As microcredenciais passam por uma avaliação completa para garantir que atendam aos padrões e critérios de qualidade exigidos, espelhando o rigoroso processo de acreditação usado para outras oportunidades de aprendizagem mais formais. Esse processo inclui uma revisão abrangente do conteúdo, dos métodos de ensino, das práticas de avaliação e dos resultados da microcredencial, garantindo o alinhamento com os padrões de qualidade.

3.3. Aumentar a flexibilidade na oferta de aprendizagem para adultos

- Outra preocupação é a profundidade e a sustentabilidade da aprendizagem. Embora os formatos modulares melhorem a acessibilidade, muitos concentram-se estritamente em competências imediatas e específicas para o trabalho, que podem não ser suficientes para a adaptabilidade a longo prazo. Os sistemas de formação precisam de garantir que os cursos de curta duração estejam integrados em trajetórias de aprendizagem mais amplas.
- Para que a formação mais flexível seja amplamente reconhecida e utilizada, um **maior envolvimento dos empregadores é essencial**. Envolver a indústria no desenho, validação e cofinanciamento da formação pode ajudar a superar essa lacuna. Iniciativas que permitam aos empregadores moldar o conteúdo e os padrões da formação – juntamente com o uso de credenciais digitais confiáveis – podem melhorar a relevância e a transparência da formação flexível no mercado de trabalho.

3.4. Fortalecimento de políticas direcionadas a grupos sub-representados

- Os trabalhadores mais velhos, migrantes e pessoas com menor escolaridade formal têm uma probabilidade significativamente menor de participar em formações do que outros grupos. Garantir o acesso exige:
 - a simplificação dos percursos de aprendizagem;
 - a incorporação de abordagens mais flexíveis e centradas no formando;
 - a capacitação de adultos para desenvolverem competências mais procuradas no mercado de trabalho.
- Para superar esses desafios, alguns países investiram em iniciativas de aprendizagem baseadas na comunidade, que proporcionam formação em ambientes familiares e acessíveis:
 - Na Irlanda, os programas de alfabetização familiar, apoiados pela Agência Nacional de Alfabetização de Adultos (NALA).
 - No Reino Unido, os sindicatos têm desempenhado um papel importante na promoção da aprendizagem de adultos através de iniciativas como os Representantes Sindicais de Aprendizagem (ULRs).
- Alguns países têm se concentrado em modelos de aprendizagem no local de trabalho:
 - programa Skills Plus, na Noruega;
 - "empresas de formação no local de trabalho" no âmbito dos Centros de Integração Socioprofissional, na Bélgica

3.4. Fortalecimento de políticas direcionadas a grupos sub-representados

- Programas de integração para migrantes e refugiados, que combinam o ensino de idiomas com a educação profissional, garantindo que os indivíduos adquiram tanto as habilidades de comunicação quanto as competências profissionais necessárias para obter um emprego estável (p.e. o Canadá, o Programa de Formação de Transição de Ontário)
- EM SUMA, FATORES CHAVE DE EFICÁCIA DAS AÇÕES PARA ADULTOS POUCO QUALIFICADOS:
 - Abordar múltiplas barreiras simultaneamente, construindo confiança e conscientização;
 - Garantir que a formação resulte em empregos concretos;
 - Avaliar o impacto e disseminar modelos bem-sucedidos.

3.4. Alinhar a aprendizagem de adultos com as necessidades do mercado de trabalho

- Grande parte da participação na formação para adultos está relacionada com formação para a conformidade regulatória, como certificações de saúde e segurança, em vez de iniciativas mais amplas de aprimoramento ou requalificação profissional alinhadas com as novas oportunidades de emprego.
- Abordagens em evolução:
 - Avanços na antecipação de necessidades futuras da força de trabalho, incluindo a aplicação de modelos sofisticados de análise dos anúncios de emprego publicados e outras formas de análise do mercado de trabalho (p.e. na Austrália, a Jobs and Skills Australia (JSA); o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (BEIS) do Reino Unido)
 - Desenvolver a capacidade empresarial para o planeamento da força de trabalho, designadamente através de serviços especializados de consultoria às PME no planeamento de RH e formação (p.e. na França, existência de 11 Operadores de Competências (OPCO) sectoriais; na Finlândia, o programa de Formação Conjunta; na Alemanha, o programa Pessoas como Valor Corporativo)

Dados, documentos e informações adicionais sobre o PIAAC disponíveis em:

<https://www.oecd.org/skills/piaac/>

<https://anqep.gov.pt/piaac/>



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Ponto de Situação da Implementação do PESSOAS 2030

- Reportado a 31-10-2025 -

Execução Global

Reporte: 31/10/2025

Reporte: 30/06/2025 (dados da Privação Material a 31/12/2024)

**Apoiamos +
de 601 mil
PESSOAS**



46% homens



54% mulheres

AVISOS



86 avisos
5.067 M€/DPT
4.318 M€/FSE +

CANDIDATURAS APRESENTADAS



6.226 candidaturas
5.826 M€/DPT
4.955 M€/FSE +

COMPROMISSO **67,0%**



4.881 operações
4.472 M€/DPT
3.812 M€/FSE+

EXECUÇÃO **26,8%**



3.183 operações
1.797 M€/DPT
1.528 M€/FSE +

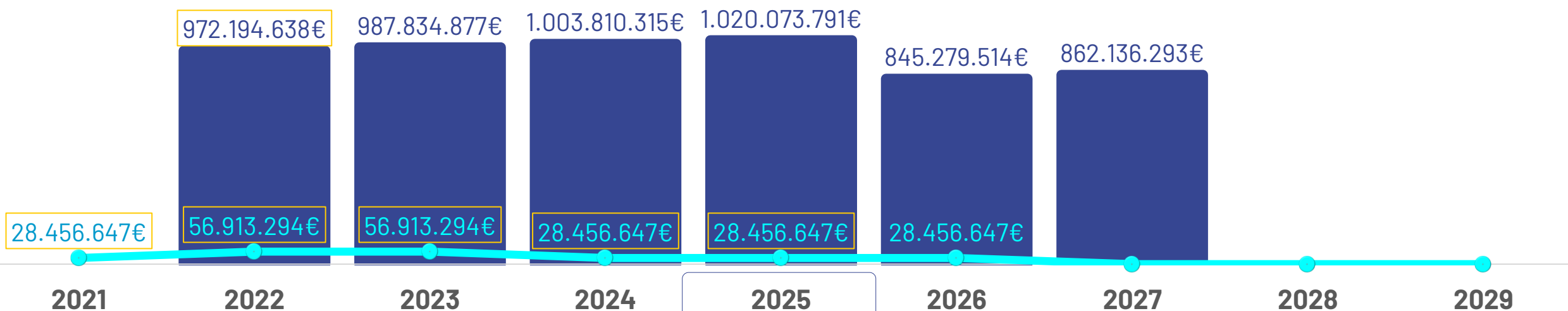
PAGAMENTOS **30,3%**



4.387 operações
1.722 M€/FSE +

Monitorização N+3

Programação anual
Pré-financiamento anual



Regra N+3	772.998.108€
Execução acumulada FSE+	1.527.573.651€
Certificação acumulada FSE+	979.309.349€
Taxa cumprimento Regra N+3	126,7%
Falta certificar	0€

= valor programação anual 2022 - ∑ pré-financiamento 2021 a 2025



Objetivo para 2026:

1.732.376.338 €

Falta certificar:

753.066.989 €

Indicadores de Realização

Prioridade	Indicador	Meta 2029	Execução 30/06/2025	% de Cumprimento da Meta
I	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração (Estágios e Apoios à Contratação)	128.000	26.801	20,9%
	Jovens entre os 18 e os 29 anos	108.000	16.639	15,4%
	Projetos de apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar	114	0	0%
	Raparigas/mulheres e rapazes/homens abrangidos pelas ações de desconstrução dos estereótipos profissionais de género	37.500	0	0%
II	Participantes apoiados em Bolsas de Doutoramento	7.000	4.180	59,7%
	Participantes apoiados em Bolsas e outros subsídios de doutoramento em ambiente não académico	3.500	973	27,8%
	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração (Cursos de Aprendizagem)	48.000	0	0%
	Participantes apoiados nos Cursos Profissionais	366.000	138.826	37,9%

Indicadores de Realização

Prioridade	Indicador	Meta 2029	Execução 30/06/2025	% de Cumprimento da Meta
III	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	2.766.500	0	0%
	Participantes apoiados nos Centros Qualifica	700.000	121.634	17,4%
IV	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	36.300	9.113	25,1%
	Participantes apoiados em formações de base qualificante (EFA e CEF)	75.000	5.426	7,2%
	Participantes de origem estrangeira em ações de formação de português	51.000	0	0%
	Participantes com deficiência	25.400	0	0%
V	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas pelo PRA ¹	558	571	102%
	Alunos com dificuldades de aprendizagem abrangidos pelo PRA ¹	1.767.000	1.040.521	58,9%

¹ PRA – Plano de Recuperação das Aprendizagens

Indicadores de Realização

Prioridade	Indicador	Meta 2029	Execução 30/06/2025	% de Cumprimento da Meta
V	Projetos de Desenvolvimento Social e Comunitário apoiados	370	293	79,2%
	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiadas	194	80	41,2%
	Atendimentos especializados a pessoas migrantes	1.130.000	0	0%
	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (TEIP ²)	98	98	100%
	Crianças e alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos em TEIP ²	104.000	98.826	95%
	Inativos (Estudantes desfavorecidos apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7)	500.000	245.849	49,2%

² TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

Indicadores de Realização

Prioridade

VI

Distribuição Direta (cabazes)



734.077 cabazes entregues
162.953 pessoas abrangidas
60.812 agregados familiares
31.067 toneladas de alimentos

Distribuição Indireta (cartões)



16.781 cartões entregues
48.306 pessoas abrangidas
16.781 agregados familiares



Plano Anual de Avisos – 6.ª Revisão

M€ = Milhões €

09/2025
08/2026

28 Avisos

Fundo: 801 M€
Nacional: 141 M€



Sistema de Gestão e Controlo



Auditorias

- Auditoria da IGF ao SGC (relatório final enviado à AG em abril/2025)
- Auditoria da COM ao SGC (foi apresentado contraditório ao relatório preliminar em novembro/2025)
- Auditoria da IG-MTSSS ao Programa de Cumprimento Normativo (notificação em novembro/2025)
- Auditoria da IGEC sobre as Escolas Profissionais Privadas (notificação em novembro/2025)
- Auditoria de desempenho do TCE relativa à absorção dos fundos da política de coesão da UE (novembro/2025)

+

N.º de Auditorias da ESA: 31



Newsletter

Subscreva a newsletter PANORAMA do PESSOAS 2030



Formulário de subscrição

Ações para público em geral (e beneficiários e destinatários)

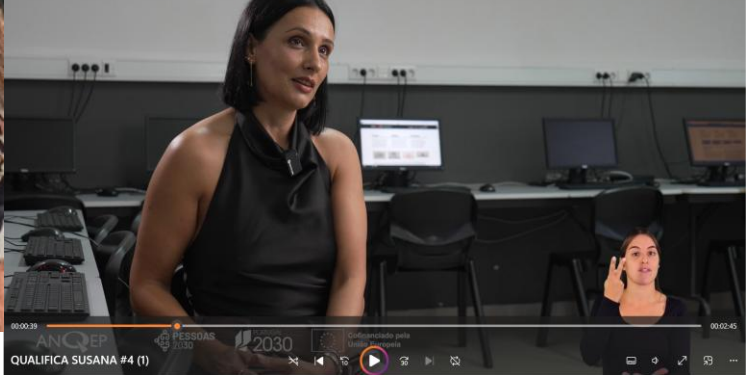
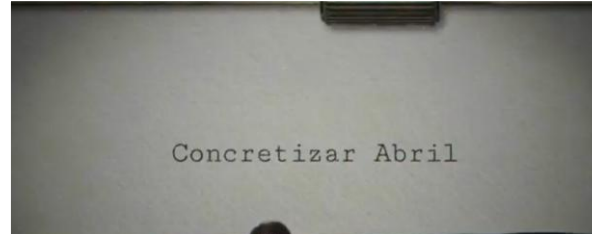
- Campanhas em TV (CMTV e RTP) e rádio (Antena 1)
- Programa Europa à Porta RTP
- Programa na Rádio Renascença
- Parcerias com influenciadores digitais
- Vídeos de Storytelling em redes sociais
- Microsite com vídeos dos beneficiários

Ações para beneficiários e destinatários (e ecossistema)

- Roteiro PESSOAS 2030
- Eventos OIE e 10 Milhões de Euros

Ações para ecossistema dos Fundos

- Documentário 25 abril



Plano Estratégico de Comunicação

Propostas de alteração



- Campanha de Publicidade Exterior
- Encontros one-to-one com a comunicação social



- Concurso PESSOAS Mais – para destinatários finais.



- Indicadores e Metas

Plano de Avaliação

Próximas ações



Atualização do Plano de Avaliação:

- Proposta a submeter à apreciação e aprovação do CA por consulta escrita, após aprovação da atualização do Plano Global de Avaliação pela CIC PT 2030

Lançamento de concurso para mais duas avaliações:

- Qualificações Nível intermédio
- Apoios ao emprego

No início de 2026:

- Reunião extraordinária do CA para apresentação dos resultados das avaliações sobre a Educação Inclusiva e sobre a Autonomia e Flexibilidade Curricular

“Avaliação da Educação Inclusiva”, para o Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)”

PROCEDIMENTO 44/PESSOAS2030/2024

Relatório Final

ipps - Iscte
Melhores Políticas
Públicas



Emprego e Competências Verdes

Metodologia de suporte

Execução reportada a 30.06.2025



- Seleção das Tipologias de Operação (TO) **mais relevantes** para o tema secundário “competências e empregos verdes”, conforme programação do PESSOAS 2030;
- Para as tipologias formativas, foram consideradas as ações/cursos **mais diretamente ligados ao tema**, mobilizando a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) ou a classificação Frascati dos domínios científicos e tecnológicos da OCDE, no caso da Formação Avançada;
- Nos Estágios Profissionais, Apoios à Contratação e Mercado Social de Emprego, foram considerados os setores de atividade segundo a CAE das entidades empregadoras, identificando as **atividades mais relacionadas com este tema**;
- O valor financeiro investido foi estimado **com base no número de participantes** nas áreas verdes reportado e o **custo médio de cada participante**, por TO;
- O processo **está aberto a melhorias/desenvolvimentos**, beneficiando de contribuições do Comité de Acompanhamento e de futuras atualizações dos sistemas de informação.

Emprego e Competências Verdes

Primeiros resultados PESSOAS 2030

Execução reportada a 30.06.2025



- **Dotação estimada** para competências e empregos verdes na programação: 619,1M€/FSE+ (12% do total do PESSOAS 2030);
- **Realização financeira** até junho de 2025: 200,2M€/FSE+ (32,3% do total estimado para o tema);
- **86.823 participantes diretamente envolvidos** em “ações verdes” (20,2% do total nas tipologias analisadas);
- **Predominância do género masculino** (cerca de 70% dos participantes – 60.246);
- Maior relevância nas **Bolsas de Ensino Superior** para alunos carenciados (58%) e **Cursos Profissionais** (31%);
- O programa **contribui**, assim, para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, promovendo empregos e competências verdes e a redução de desigualdades sociais na transição ecológica.
- Os dados apurados **podem subestimar o contributo real**, devido a limitações de reporte e à transversalidade crescente das “competências e empregos verdes”.

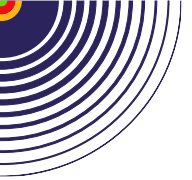


CONDIÇÕES HABILITADORAS

(ponto de situação – 24.nov.2025)

Regulamentadas pela legislação europeia, as condições habilitadoras correspondem a pré-requisitos necessários para utilização eficaz e eficiente dos fundos europeus, devendo ser respeitadas durante todo o período de programação 2021-2030.

Incidem sobre os enquadramentos estratégicos, regulamentares e de políticas públicas nacionais para assegurar que os investimentos apoiados pela União estão alinhados com os objetivos específicos dos Programa



CONDIÇÕES HABILITADORAS

20 Condições Habilitadoras

4 Horizontais | Aplicáveis a todos os Objetivos Específicos dos fundos da Coesão, FEAMPA e Fundos dos Assuntos Internos

16 Temáticas | Aplicáveis a alguns Objetivos Específicos dos fundos da Coesão

17 Cumpridas

2 Em Aprovação

1 Desenvolvimento/Conclusão

Horizontais

- 1 | Contratos públicos
- 2 | Auxílios de Estado
- 3 | Carta dos Direitos Fundamentais
- 4 | CNUDPD

Temáticas

- 1.1 | Especialização inteligente
- 1.2 | Banda larga
- 2.1 | Eficiência energética
- 2.2 | Setor energético
- 2.3 | Energias renováveis
- 2.4 | Gestão de riscos de catástrofes
- 2.6 | Gestão de resíduos
- 2.7 | Conservação da natureza
- 4.1 | Mercado de trabalho
- 4.2 | Igualdade de género
- 4.3 | Quadro estratégico da educação
- 4.4 | Inclusão social e redução da pobreza
- 4.5 | Inclusão das comunidades ciganas
- 2.5 | Setor da água (RAM e RAA)
- 4.6 | Saúde e cuidados continuados (RAA)
- 3.1 | Plano de transportes (falta continente)



9 Cumpridas

4 horizontais, 5 temáticas

Condições Habilitadoras

HORIZONTALAIS

H1.

Mecanismos eficazes de acompanhamento do mercado dos contratos públicos

Portal Base

Código dos Contratos Públicos

Plataformas eletrónicas de contratação pública

✓ Cumprida

H2.

Instrumentos e capacidade para a aplicação efetiva das regras em matéria de auxílios estatais

Site Citius (informação atualizada sobre empresas em dificuldade)

Rede de apoio em matéria de auxílios de Estado

Ações de formação e de sensibilização em auxílios de Estado

✓ Cumprida

H3.

Aplicação e execução efetivas da Carta dos Direitos Fundamentais da UE

Estudo comparativo das melhores práticas europeias e recomendações da COM quanto ao cumprimento da Carta

Roteiro programático sobre a aplicação da Carta

Ações de formação no âmbito da Carta

✓ Cumprida

H4.

Execução e aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD)

Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2024

Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Instituto Nacional para a Reabilitação

✓ Cumprida

Condições Habilitadoras - HORIZONTALIS

Informar o CA de **casos de operações apoiadas pelos Fundos que não respeitam a Carta e às queixas relativas à Carta**, em conformidade com o artigo 69º, nº 7 do RDC

H3 - Aplicação e execução efetivas da Carta dos Direitos Fundamentais da EU (CDFUE)

DGPJ: Entidade responsável pelo acompanhamento da Carta

As queixas sobre a CDFUE podem ser apresentadas junto dos órgãos nacionais competentes:

Tribunais, Ministério Público e polícia; Provedor da Justiça; Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; Organizações Não Governamentais



O site do Ministério Público informa sobre como se podem apresentar queixas junto destas entidades:

* [HTTPS://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/como-apresentar-uma-queixa?menu=direitos-humanos](https://gddc.ministeriopublico.pt/perguntas-frequentes/como-apresentar-uma-queixa?menu=direitos-humanos)



DGPJ informa que, até ao momento, não foram identificadas operações apoiadas pelos Fundos que não respeitem a Carta, nem queixas relativas à Carta



Formação ministrada pela DGPJ, em 03.nov.2025, contou com a participação das AG, OI e dos **membros de todos os CA**

Disponibilização por parte da Comissão Europeia, em 19.nov.2025, do **Manual on Fundamental Rights in EU Funding**, que pretende apoiar as AG, OI e beneficiários no cumprimento da Carta ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos financiados.



Condições Habilitadoras - HORIZONTALIS

Informar o CA de **casos de operações apoiadas pelos Fundos que não respeitam a Convenção** e às **queixas relativas à Convenção**, em conformidade com o artigo 69º, nº 7 do RDC

H4 - Execução e aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD)

INR: Entidade responsável pelo acompanhamento da Convenção

O INR detém dois canais operacionais através dos quais poderão ser apresentadas queixas relativas a esta matéria:



* Formulário de queixa:

[https://www.inr.pt/formulario-de-queixa de Discriminação por Deficiência ou Risco Agravado de Saúde](https://www.inr.pt/formulario-de-queixa-de-Discriminacao-por-Deficiencia-ou-Risco-Agravado-de-Saude)

* Canal de Denúncia Externo



INR informa que, até ao momento, não foram identificadas operações apoiadas pelos Fundos que não respeitem a Convenção, nem queixas relativas à Convenção

PONTO DE SITUAÇÃO

TEMÁTICAS

OE	CH 1.1.	CH 1.2.	CH 2.1.	CH 2.2.	CH 2.3.	CH 2.4.	CH 2.5.	CH 2.6.	CH 2.7.	CH 3.1.	CH 4.1.	CH 4.2.	CH 4.3.	CH 4.4.	CH 4.5.	CH 4.6
4a)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓	☒	☒	☒	☒	☒
4c)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓	☒	☒	☒	☒
4f)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓	☒	☒	☒
4g)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓	☒	☒	☒
4h)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓	☒	☒
4k)	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	☒	✓



Em aprovação



Cumprida | Após aprovação do Programa



Cumprida | Na data de aprovação do Programa



Em desenvolvimento



CH não se aplica

Ponto de Situação das negociações do QFP 2028-2034



Investing in people

Laurent Sens, DG EMPL Unit E5, 25.11.2025, PESSOAS2030
Monitoring Committee meeting

Multiannual Financial Framework 2028-2034

Content

1. MFF 2028-2034 package
2. Support to the Union's social objectives
 - a. National and Regional Partnership Plans, including the 14% social target
 - b. European Social Fund
 - c. EU Facility
 - d. European Competitiveness Fund
 - e. Erasmus+
 - f. Horizon Europe
 - g. Global Europe Instrument
3. Negotiations – state of play [as of 27 October 2025]

MFF 2028-2034

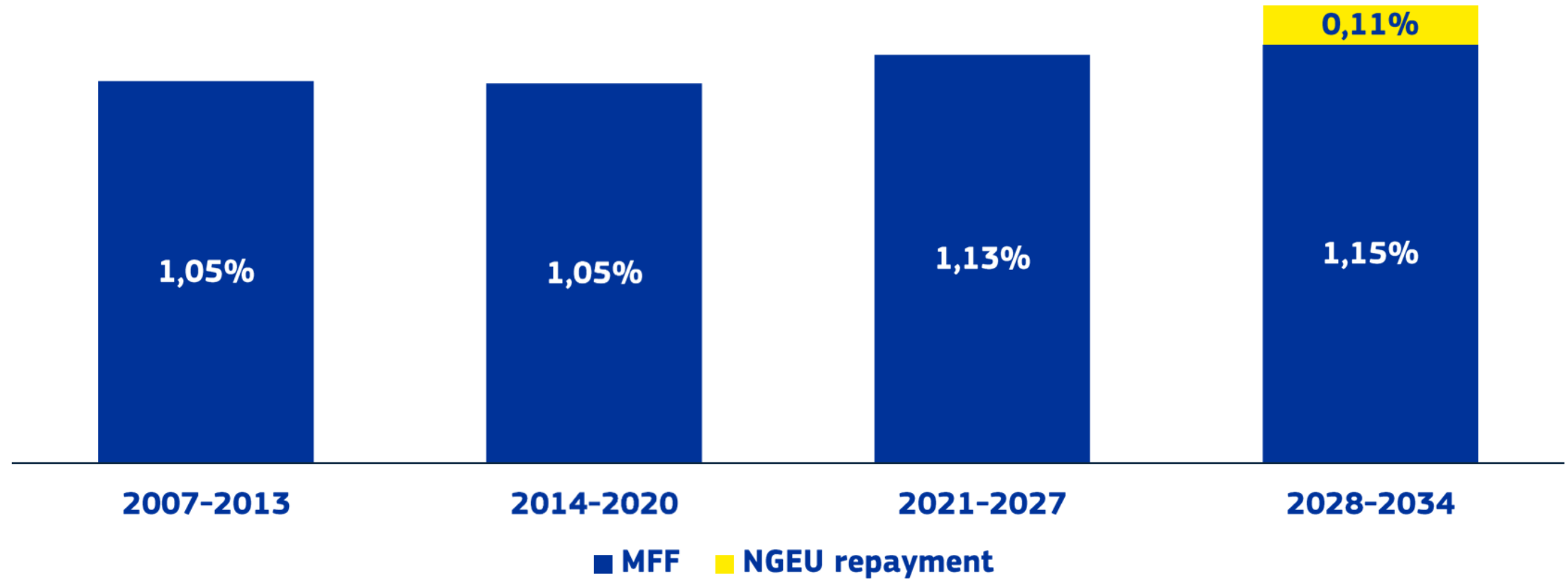
- **Multiannual financial framework** defines amounts and rules on financing the EU priorities and policies.
- **Duration** proposed by the Commission: **7 years** (status quo)
- **Total amount** proposed by the Commission: **EUR 2 trillion or 1.26 % of the EU GNI**
 - ❖ compared to the current MFF, this means an increase from 1.13 % to 1.15 %, with additional 0.11 p.p. representing repaying NextGenerationEU loans
- **Legislative proposals** adopted by the Commission on 16 July and 3 September 2025
 - ❖ **Horizontal proposals** – regulation establishing the MFF, interinstitutional agreement on budgetary matters, own resources Decision, regulation on the performance, monitoring and evaluation of the Union budget
 - ❖ **Sectoral regulations**
 - ❖ **National and Regional Partnership Plans** and related sectoral regulations incl. the ESF regulation
 - ❖ **EU programmes under Headings 2 and 3** – European Competitiveness Fund and Horizon Europe, Erasmus+, Connecting Europe Facility, AgoraEU, Global Europe Instrument Single Market Programme etc.
 - ❖ Link to the dedicated Commission webpage: [EU budget 2028-2034](#)



MFF 2028-2034

Percentage of GNI of the period concerned

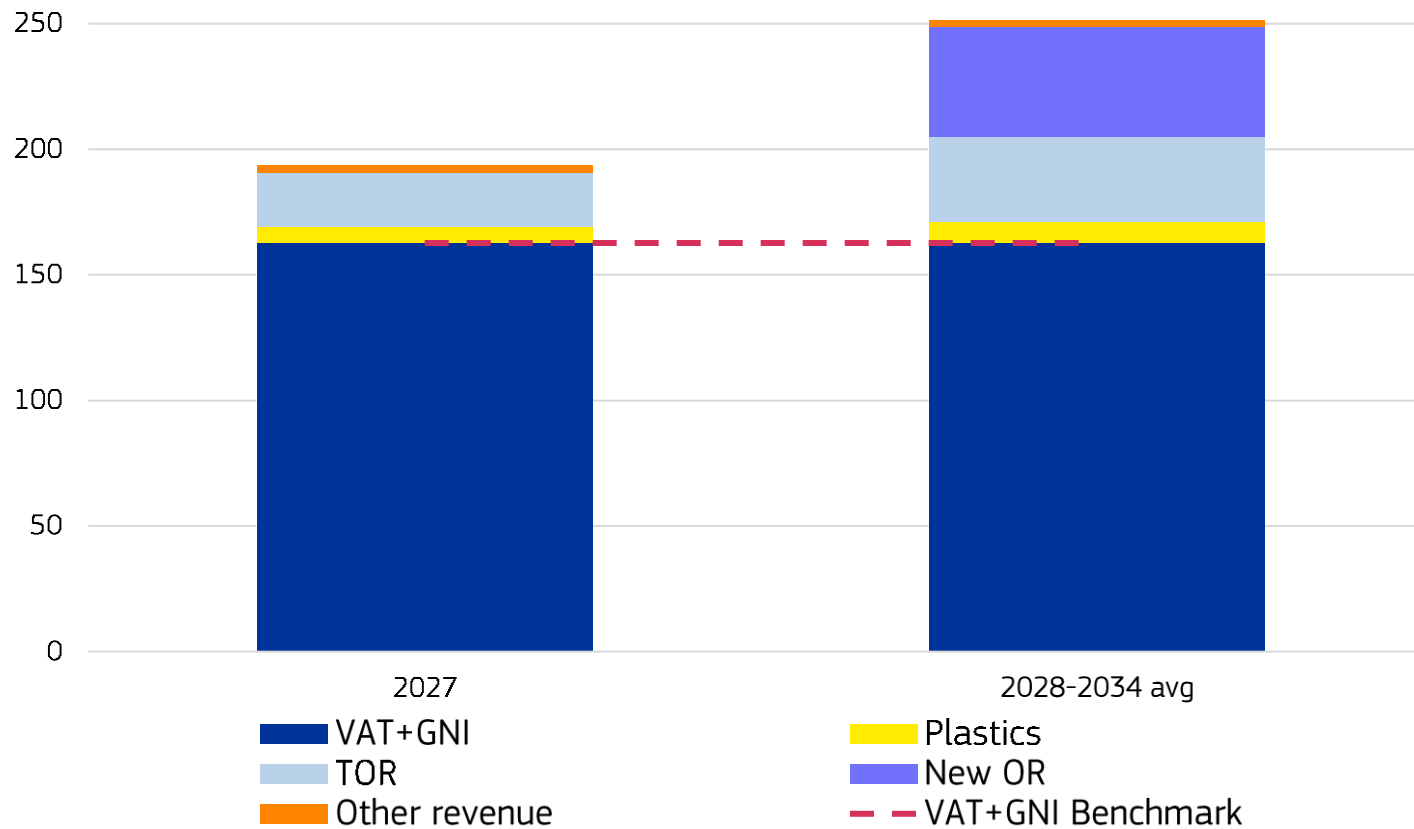
MFF Evolution



MFF 2028-2034

In EUR billion,
2025 prices

**Revenue composition
2027 vs. average 2028-2034**



MFF 2028-2034

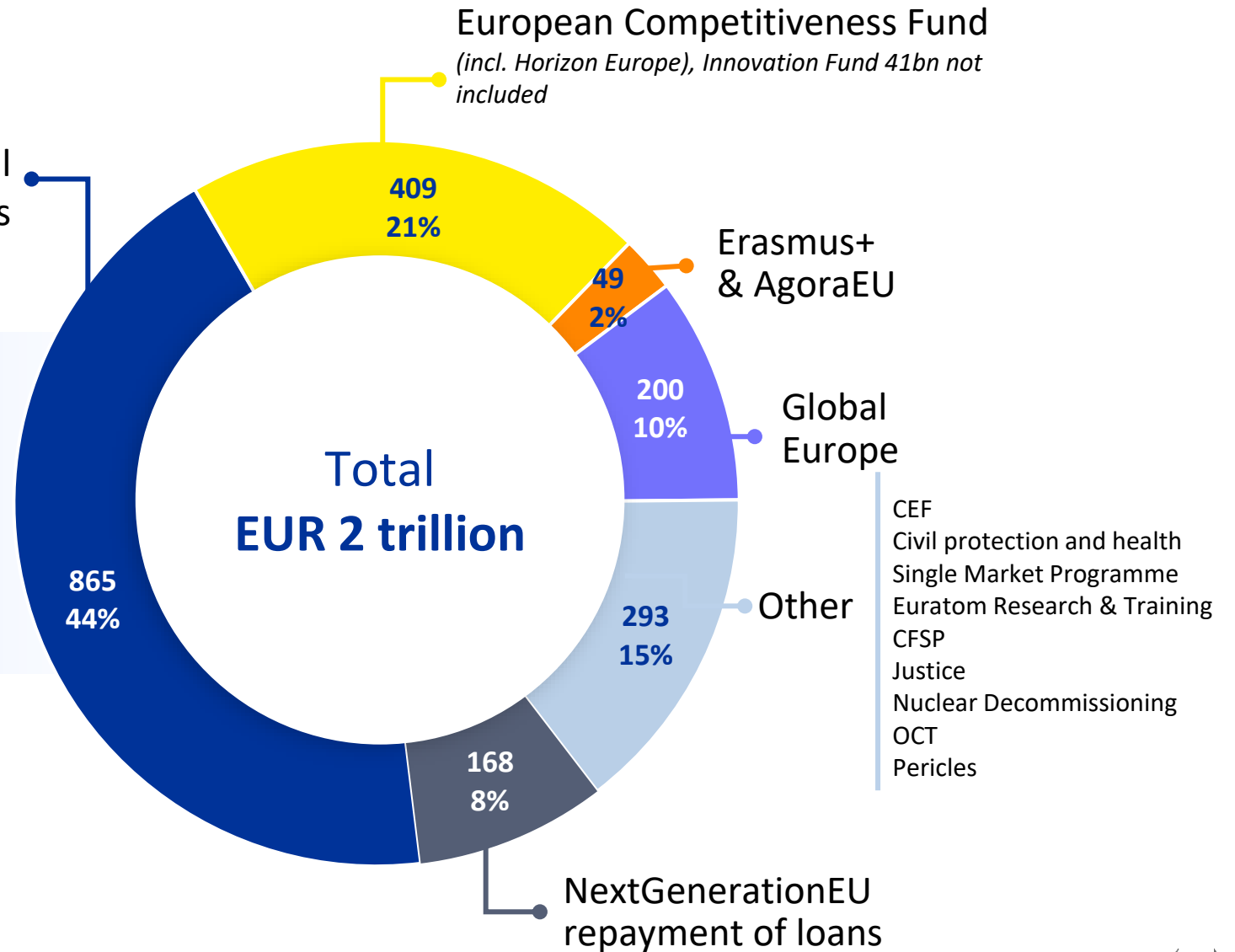
- The MFF is structured along main categories of expenditures (**'headings'**) and provides for a maximum amount for each of them (**'ceilings'**). The Commission proposal includes 4 headings:
 - ❖ **Heading 1 [EUR 1 trillion]** encompasses **National and Regional Partnership Plans (NRPP)**, decentralised agencies and the repayment of NextGenerationEU loans
 - ❖ **Heading 2 [EUR 589.6 billion]** includes EU programmes like **European Competitiveness Fund (ECF)**, **Horizon Europe**, Connecting Europe Facility, Union Civil Protection Mechanism+, **Erasmus+**, the new 'AgoraEU' etc.
 - ❖ **Heading 3 [EUR 215.2 billion]** hosts **Global Europe** Instrument, as well as the Common Foreign and Security Policy and Overseas Countries and Territories (including Greenland).
 - ❖ **Heading 4** covers expenditures for the European Public Administration and will amount to a stable share of 6% of the MFF.
- Beyond these 4 headings, a **'flexibility instrument'** and a **'Ukraine Reserve'** can provide additional funds over and above ceilings.
- The **Social Climate Fund (SCF)** envelope will remain **outside the MFF ceilings**, financed via externally assigned revenue from the ETS2.



MFF 2028-2034

- From 52 to **16** programmes
- **Simpler** for beneficiaries
- **Results** oriented
- More **agile**

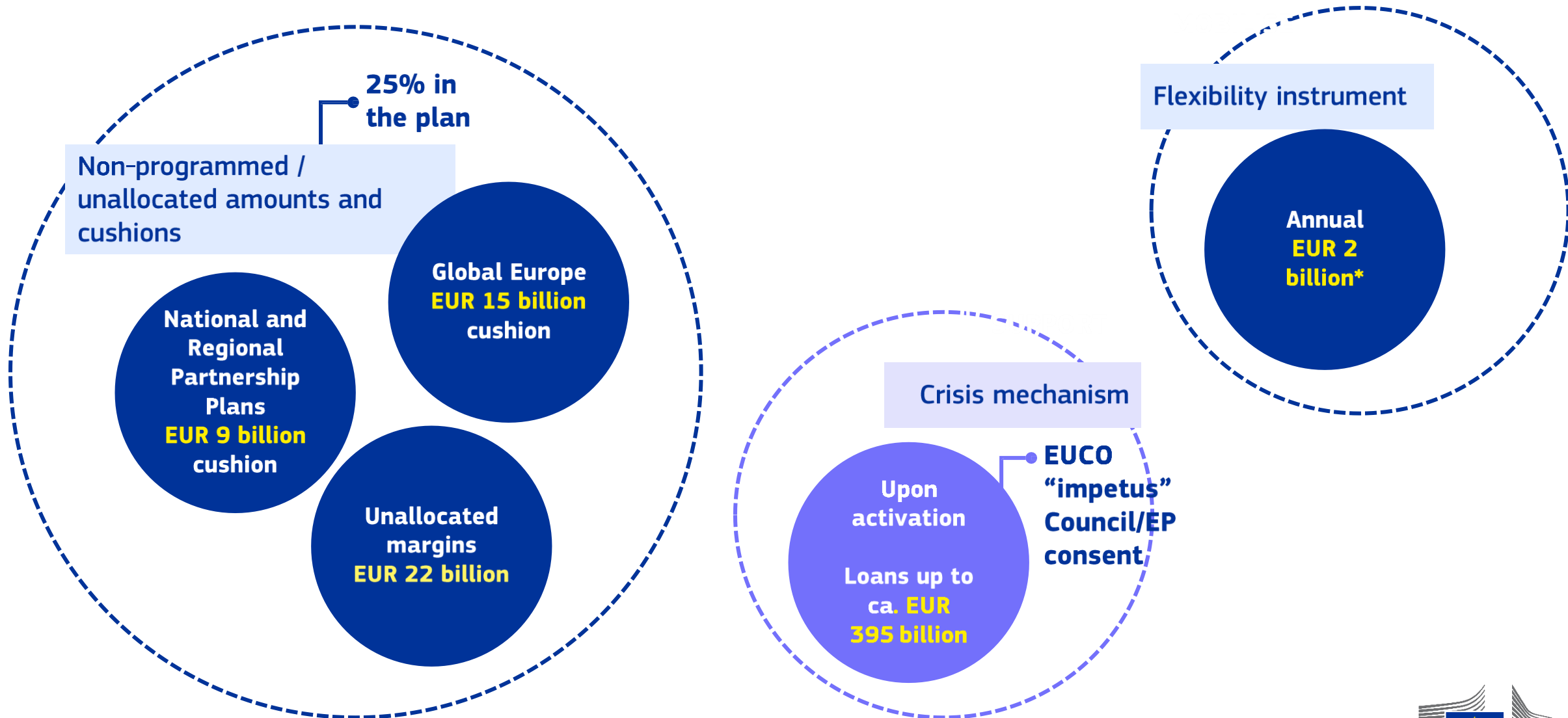
National and Regional
Partnership Plans



All amounts in EUR, current prices, adjusted with 2% deflator



MFF 2028-2034



* Plus from revenue from fines and decommitments

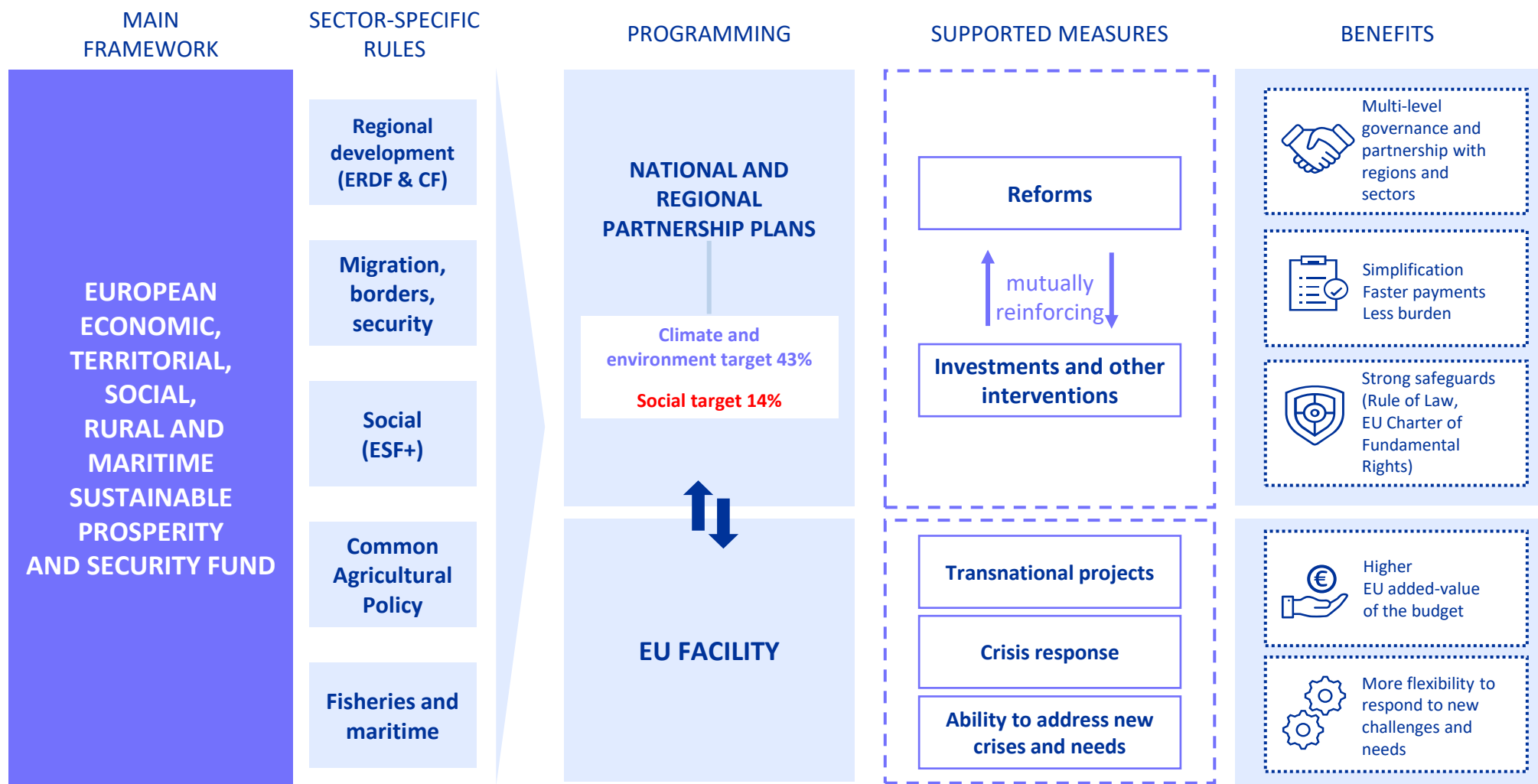


Support to the Union's social objectives

- Europe faces major **transitions** - green, digital, demographic - that reshape jobs, skills and our societies.
- Investing in upskilling and reskilling, childcare, affordable housing or long-term care is essential to improve lives across Europe and achieve social cohesion. Supporting people and strengthening our social model is Europe's trademark.
- Union's social objectives will be supported under:
 - ❖ **National and Regional Partnership Plans (NRPPs)**
 - ❖ **European Social Fund (ESF)**
 - ❖ **EU Facility**
 - ❖ other strands under the NRPPs
 - ❖ **Social Climate Fund (SCF)** - financed outside MFF
 - ❖ **European Competitiveness Fund (ECF)**
 - ❖ **Horizon, Erasmus+, AgoraEU, Global Europe Instrument**, and the horizontal crisis mechanism (Own resources decision proposal)



National and Regional Partnership Plans

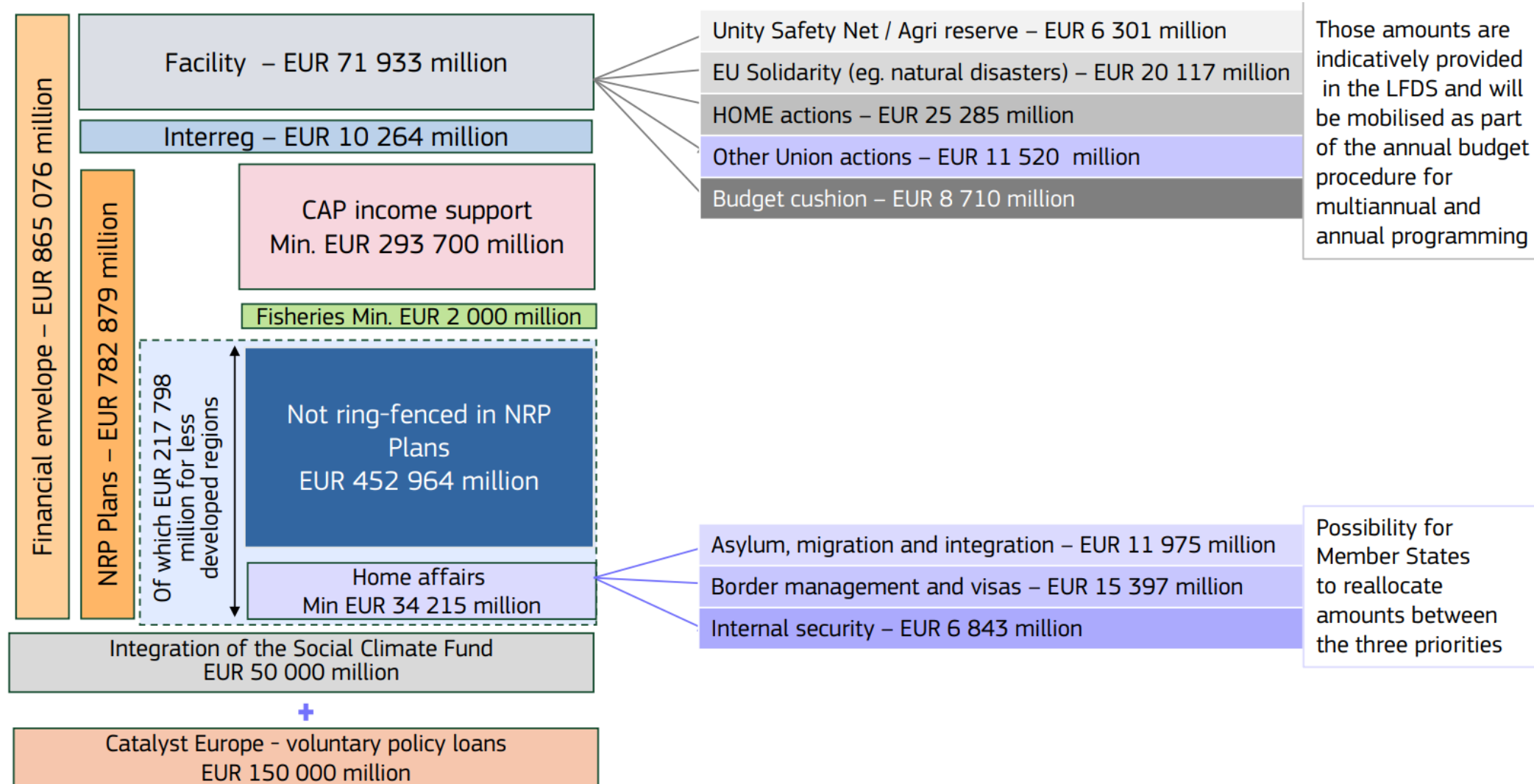


National and Regional Partnership Plans

- **The financial envelope of the NRPP Regulation** amounts to EUR 865 bn, split into three parts:
 - ❖ Pre-allocated national envelopes of **EUR 783 bn** divided among individual Member States;
 - ❖ **EU Facility** of EUR 72 bn to cover Union actions and emerging challenges and priorities;
 - ❖ **Interreg** of EUR 10 bn.
- In addition, Member States may request **loans** ('Catalyst Europe') up to a maximum of **EUR 150 bn** to support their NRPP implementation.
- In addition, the **Social Climate Fund** will continue to provide EU support of **EUR 65 bn** in years 2026 – 2032 to ensure that vulnerable groups, small businesses and vulnerable transport users benefit from the green transition linked to the introduction of ETS2.
 - ❖ Starting in 2028, EUR 50 bn of the SCF will be integrated into NRPPs (as separate chapter).
- Each Member State should submit to the Commission **one NRP Plan** which shall **support all EU objectives, including the social objectives**.
 - ❖ This allows for a more flexible implementation, integrated approach to targeted investments and reforms (comprehensive measures).
 - ❖ **Member States' total allocations under the NRP Plans** are available [here](#).



National and Regional Partnership Plans



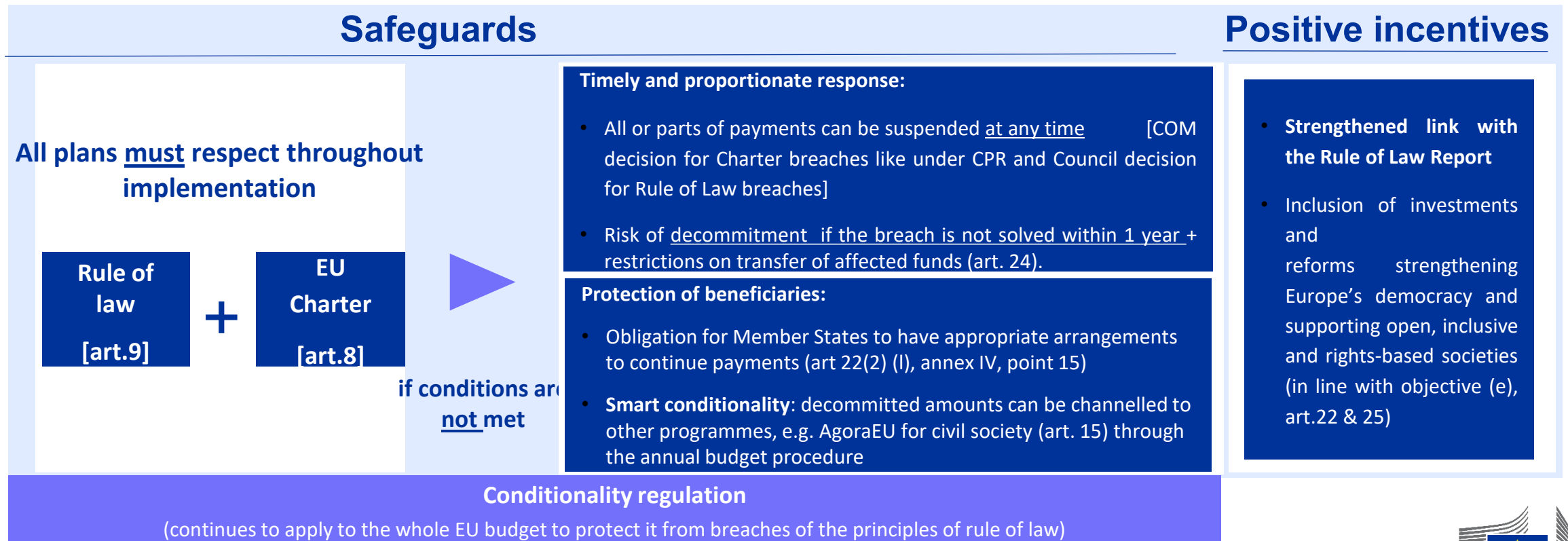
National and Regional Partnership Plans

- **Partnership principle and multi-level governance** - derived from current CPR
 - ❖ Applicable to all Plans (incl. Interreg) + respect of the European code of conduct on partnership
 - ❖ Partners (incl. regional and local authorities and social partners) to be **involved throughout the preparation, implementation and evaluation of the chapters**, including through participation in **monitoring committees** and taking into account the corresponding territorial level and geographical coverage of each chapter.
- **Horizontal principles** - derived mostly from current CPR
 - ❖ Respect of the **EU Charter** and of the **rule of law** [new] throughout the preparation and implementation of the Plans
 - ❖ Prevention of discrimination + accessibility for persons with disabilities
 - ❖ **Additionality of EU funding, synergies and avoidance of double funding**



National and Regional Partnership Plans

- **Common safeguards** to complement the general regime of Rule of Law Conditionality. Deterrent and supporting measures combined to effectively protect the EU budget from breaches, while investing in upholding the rule of law and fundamental rights.



National and Regional Partnership Plans

- **Objective:** continuity with the existing governance structures + coordinating authority to ensure coherence of the Plan
- All institutions, including at regional level will continue to interact with COM
- **Coordinating authority**
 - ❖ submitting payment applications and management declarations, providing payment forecasts, guaranteeing that MAs receive their Union contribution irrespective of the progress made on national reforms [Art. 50(1)g]
- **Managing authority**
 - ❖ sign management verifications to ensure fulfilment of M/Ts and compliance with the applicable law; ensuring timely payments to beneficiaries; submitting information on progress in implementation [Annex IX]
- **Paying agencies (CAP)**
 - ❖ implementation of measures under Article 35(1) and Union actions (h) – farm-level data on sustainability and (j) – market disturbance; some functions of Managing Authorities
- **Audit authority** - audits on M/T and system audits in order to provide assurance on:
 - ❖ Fulfilments of M/Ts + effective functioning of M&C system – whether it ensures legality and regularity of transactions and effective and timely protection of the Union's financial interests
- **Monitoring and coordinating committees**



Performance Regulation - 14% social target

- The performance regulation

- ❖ establishes a **single methodology** for performance, monitoring and evaluation of the Union budget, as well as **Do No Significant Harm** (DNSH) principle
- ❖ establishes a **direct link** between (1) what we finance (the intervention fields), (2) the contributions of those activities to horizontal priorities (**green and social** policies), and (3) their expected outputs and results, measured by means of 'performance indicators'
- ❖ streamlines common **indicators**, moving from over 5.000 to 900, and allowing EU aggregation
- ❖ streamlines **reporting** requirements, moving from 32 programme-specific reports to a single performance report
- ❖ merges over 30 portals and dashboards into a single entry point for funding opportunities and EU budget performance information – **Single Gateway** portal

- At least **14% of the NRPP Regulation** financial envelope (including loan support and excluding amounts ringfenced for direct support to farmers, fisheries and the SCF) to be **dedicated to meeting the Union's social objectives**.

- ❖ This corresponds to **at least EUR 100 bn**.
- ❖ Based on social tracking of the **EU social coefficients** referred to in the Performance regulation



14% social target

- **Illustrative example of calculation under individual NRP Plan:**

- ❖ Member State X receives a total Union contribution of EUR 515 mio.
- ❖ Member State X does not request Catalyst loan.
- ❖ The amounts ringfenced under the CAP (EUR 150 mio) and the EAR from SCF (EUR 20 mio) are excluded upfront.
- ❖ From the remaining EUR 345 mio, at least 14% (or EUR 48 mio) must be dedicated to social objectives.
- ❖ According to the policy mix of selected intervention fields, EUR 90 mio count towards the social target. The MS fulfils the respective requirement.

Intervention field (number, name) **	Total investment (mio EUR)	Social coefficient	Social enditure (mio EUR)	exp (mio)
2. Targeted support to farmers income*	150	0%		0
488. Direct income support under SCF*	20	100%		0
81. Manufacturing of clean technologies	50	0%		0
121. Early childhood education facilities, schools and universities – Development and construction of new zero-emission or nearly zero	50	40%		20
175. Electricity generation from offshore wind energy	100	0%		0
192. Energy efficiency in enterprises	30	0%		0
323. Supporting European integrated border management	45	0%		0
443. Specific support to youth employment	30	100%		30
449. Support to social partners	5	100%		5
450. Addressing material deprivation through food and/or material assistance to the most deprived, including accompanying measures (not in case of disasters)	15	100%		15
479. Measures to address child poverty	20	100%		20
total	345			90
* Income support to farmers as well as the measures supported via the externally assigned revenue from the SCF are explicitly excluded from the calculation in line with Article 22(2)(q) NRRP Regulation proposal. ** Selection of intervention fields serves the purpose of illustrating the calculation of the social target and does not consider all the requirements in Article 22 of the NRPP Regulation proposal.				



European Social Fund

- **The ESF is set out in its own self-standing regulation**, confirming its place as the EU's main instrument to invest in Europe's people.
- The ESF contributes, in particular, to the following **general objectives** and relevant specific objectives:
 - ❖ **support quality employment, education and skills and social inclusion** [Art. 2 (b) of NRPP Reg.]
 - ❖ **protect and strengthen democracy in the Union and uphold Union values in accordance with Article 2 TEU** [Art. 2 (e) of NRPP Reg.]
- The ESF will be implemented in **shared management** through the **National and Regional Partnership Plans** in close **partnership** between the Commission, the Member States, regions, local communities and relevant stakeholders such as social partners and civil society organisations.
 - ❖ **programming and payments** logic, inspired by the SCF,
 - ❖ steered by **European Semester and Employment guidelines**
 - ❖ programmes replaced by national, sectoral and/or regional NRPP chapters (based on each Member State's preference and institutional setup)
 - ❖ chapters include measures (**investments and reforms**)
 - ❖ payments based on achievement of milestones and targets



European Social Fund

- **The ESF regulation complements the NRPP regulation** and includes
 - ❖ specific provisions, with the same principles as in 2021 – 2027, for:
 - ❖ **social innovation**,
 - ❖ supporting **demographic transition**,
 - ❖ **material deprivation**,
 - ❖ partnership with **social partners and civil society**,
 - ❖ and **the ESF committee**.
 - ❖ **no fixed thematic concentration**, yet, based on European Semester and in line with the European Pillar of Social Rights, the ESF support should be concentrated, in particular, on the following 4 themes [\[Art. 22 \(2\) \(g\) \(ii\) and Annex VI of NRPP Regulation and recitals 12, 20-24 of the ESF Regulation\]](#):
 - ❖ social inclusion,
 - ❖ food and/or basic material assistance,
 - ❖ implementing the Child Guarantee,
 - ❖ and implementing the Youth Guarantee.



EU Facility

- **Objective:** providing flexibility, financing actions of EU importance and related to crisis situations; inspired by Thematic Facility under HOME Funds
- **2 components:**
 - ❖ **Union actions (Annex XV)** – 63 bn EUR – e.g. Unity safety Net, Home affairs actions, LIFE actions, Solidarity Actions, **inter alia social innovation** and the **social window of InvestEU**
 - ❖ **Emerging challenges and priorities cushion** (budget cushion) – 8,7 bn EUR
- **Management mode:** Shared, direct, indirect management
- **Implementation:** grants, procurement, budgetary guarantees and financial instruments, blending, indirect management
- **Adoption:** COM financing decision: annual, multiannual; objectives and actions identified based on objective criteria ensuring balanced distribution; specific rules on allocating HOME affairs funds
- **Eligibility:** open to participation of third countries



EU Facility

- **Top-up of the NRPP – fast track** [Art. 31(7)]: COM allocating the funds to the Plan, new measures by Member States; notification by COM => NO adoption by COM or Council
- **Unity Safety Net / AGRI reserve** [Art. 31 (2), 32]: based on comitology
- **Solidarity Actions / natural disasters:** [Art. 31 (8), 34) + criteria in Annex XV part 2]: cascade mechanism with 4 stages but 1 Plan amendment
 1. Reprogramming
 2. Flexibility amount
 3. Union actions under EU Facility
 4. Budget cushion



EU Facility

- **Union actions** [Art. 31, Annex XV] **supporting employment and social policy actions:**
 - ❖ social innovation, social experimentation, capacity building of stakeholders (local, national, Union level, inc. transnational cooperation), labour mobility and integrated labour markets, including the cross-border dimension of social security systems [NRPP, Annex XV 1.b]
 - ❖ social microfinance, social enterprise finance, social economy, skills, education and training, social infrastructure, inclusion and accessibility [NRPP, Annex XV 1.c]
 - ❖ evidence-based policy making in areas related to the European Pillar of Social Rights [NRPP, Annex XV 1.d]



Testing ex-EaSI against the EU Facility

- **Core activities of the ESF+ EaSI strand** [current ESF+ regulation, Art. 25] **are maintained** within the new NRPP Regulation as follows:
 - ❖ evidence-based policymaking including analytical activities (studies, statistics, indicators), benchmarking, and support for European observatories in employment and social policy – [NRPP, Annex XV 1.d](#)
 - ❖ facilitate information sharing, mutual learning, peer reviews and dialogue – [ESF, Article 4.2 \(TA\)](#)
 - ❖ social innovation/experimentation – [NRPP, Annex XV 1.b](#) and [ESF, Article 4.1](#)
 - ❖ stakeholders' capacity building – [NRPP, Annex XV 1.b](#) and [ESF, Article 4.2 \(TA\)](#)
 - ❖ support to job mobility and cross-border labour mobility – [NRPP, Annex XV 1.b](#)
 - ❖ promotion of employment, social protection, active inclusion, and working conditions – [NRPP, Annex XV 1.c](#)
 - ❖ non-financial instrument activities connected to microfinance and social entrepreneurship (*in budgetary guarantees*) – [NRPP, Article 26.6-8](#) and [Annex XV 1.c](#)
 - ❖ networking at Union level, capacity building – [NRPP, Annex XV 1.b](#)
 - ❖ transnational cooperation, capacity-building, and mutual learning for social innovation – [NRPP, Annex XV 1.b](#) and [ESF, Article 4.2 \(TA\)](#)



NRPP Technical Assistance

- **Funding for technical and administrative assistance:**

- ❖ At the initiative of the [Commission \[Art. 12\]](#) => up to 0,5% of the financial envelope (art.10.d, art. 12)
 - ❖ implementation of the Plan and the Interreg Plan, such as preparatory, monitoring, control, audit and evaluation activities, corporate information technology systems and platforms, information and communication activities, including through the set-up of EU-wide networks of Member States' authorities and other relevant stakeholders, corporate communication on the political priorities of the Union, and all other technical and administrative assistance or staff-related expenses incurred by the Commission for the management of the Fund, and where appropriate with third countries.
- ❖ At the initiative of the [Member State \[Art. 13\]](#) => simplified procedure: flat rate of up to 3% and 8-10% (respectively for NRPP and Interreg plans) applied to the amount included in each payment application, possibility to request support to prepare reforms



European Competitiveness Fund

- **European Competitiveness Fund (ECF)** will invest in strategic technologies for
 - ❖ **clean transition and decarbonisation (EUR 11 bn)**
 - ❖ **digital transition (EUR 51 bn)**
 - ❖ **health, biotech, agriculture and bioeconomy (EUR 20 bn) and**
 - ❖ **defence and space (125 bn).**
- Under **one rulebook**, and offering a **single gateway to funding applicants**, ECF will simplify and accelerate EU funding and catalyse private and public investment.
- **skills development supported** through a European Skills Guarantee, VET business partnerships, Net Zero Industries Academies, circulation of skills – helping people upskill to keep or find quality jobs in key sectors



European Competitiveness Fund

- ECF to host **the sole budgetary guarantee under the next MFF, the ECF InvestEU instrument**, up to EUR 70 bn .
 - ❖ Beyond an initial allocation of EUR 10 bn, the rest of the provisioning will come from top-ups either from the 4 sectoral ECF windows or from other programmes, like the EU Facility.
 - ❖ 50% provisioning rate.
- **Skills development, social infrastructure, microfinance and support to social enterprises are general objectives under the ECF**
 - ❖ They will part of the investment guidelines that will frame the implementation of the budgetary guarantee and will be discussed with implementing partners
 - ❖ Provisioning of the guarantee for the successor to the Social Investment and Skills Window of InvestEU will come from the EU Facility under the NRPP

Erasmus+

- **Erasmus+ was reinforced by 50% to EUR 40.8 bn**
 - ❖ The programme will support implementation of **the Union of Skills** and offer more inclusive learning and mobility opportunities for people of all ages and backgrounds.
 - ❖ The programme has been **streamlined** to focus on two main areas of intervention: (1) Learning opportunities for all, and (2) Capacity building, inclusion and diversity.
 - ❖ The proposal allows funding EMPL actions such as the **Centres of Vocational Excellence, circulation of skills, adult learning, Europass, European Qualifications Framework, EQUAVET. Blueprints for sectoral cooperation** (supporting the Pact for Skills) are covered but not explicitly mentioned.
 - ❖ The amended adult learner definition includes a reference to NEETs, to open for a potential integration of the current **ALMA** initiative, supporting young people not in employment, education or training (NEETs).



Horizon Europe

- **Horizon Europe was reinforced by 84% to EUR 175 bn**
- It will comprise four pillars, with Pillar 2 focused on "Competitiveness and Society", split into two components:
 - ❖ one focused on **society, with a budget of EUR 7.6 billion** and covering societal challenges, support to social agenda, NEB, and missions. The societal challenges part will **support the EU social agenda by promoting social inclusion, social and economic transformations, inclusive societies, social cohesion, while tackling inequalities to create opportunities for all, also by advancing future-ready skills**, and
 - ❖ One focused on **competitiveness, with a budget of EUR 68.3 billion**. This part, funding Research and Innovation activities included within the European Competitiveness Fund, and in particular four types of challenges "Clean transition and industrial decarbonisation, Health, biotechnology and Bioeconomy", "Digital Leadership" and "Resilience and Security, Defence Industry and Space". It can include also horizontal calls on SSH (social sciences & humanities). DG EMPL will work to mainstream employment and social elements and ensure SSH integration, including employment, skills and social/distributional considerations.



Global Europe

- **Global Europe was reinforced by 75% to EUR 200 bn (excluding OCTs), plus 100 bn loans to Ukraine.**
- **The scope now covers essentially all international activities** (beyond current NDICI, and integrating the current IPA) and is very broad:
 - ❖ Enlargement policy,
 - ❖ Neighbourhood policy,
 - ❖ International partnerships with developing countries (development aid programmes for poverty reduction, 'Global Gateway', etc.), and
 - ❖ Humanitarian aid.
- Global Europe is important for DG EMPL to **promote decent work worldwide**, for instance:
 - ❖ **Human rights** will be supported. (labour rights are a well-established sub-category of human rights, although this is not so explicit in the text of the Global Europe draft Regulation.)
 - ❖ **Social partners** can be beneficiaries. (because they are seen by DG INTPA as part of 'Civil Society'.)
 - ❖ **EU projects with International Organisations** (including ILO and OECD) can continue to be funded.
- DG EMPL will encourage using Global Europe also to better **promote skills development worldwide (including VET systems)** in the future.



Negotiations

- Adoption of the MFF package is a complex process of negotiations which has just started
 - ❖ with detailed **examination** of the individual proposals;
 - ❖ to be followed by adoption of **negotiating positions** of the co-legislators;
 - ❖ and concluded by **trilogues**.
- MFF regulation and revenue system will be discussed in the Council, acting by unanimity, with the consent of the European Parliament for the MFF, and where relevant – ratification by national parliaments for the revenue.
- Sectorial regulations will be negotiated in parallel in a **‘nothing is agreed until everything is agreed’** approach and adopted in the co-decision procedure by both Council and the European Parliament.
- **The Commission will do everything in its power to support a swift agreement.**
- In full respect of the **partnership principle and multilevel governance**, Member States should start preparing the NRP Plans with a view of their submission to the Commission between June 2027 and January 2028.



Negotiations

- **Working method in the Council**

- ❖ the key MFF proposals and provisions are discussed in the Ad hoc Working Party for the MFF (**AHWP MFF**) and its 3 subgroups: NRP, ECF, Global Europe Instrument. The examination started in late July.
- ❖ The Performance Regulation is discussed in the Budget Committee (COMBUD), and the revenue system in the Own Resources Working Party.
- ❖ The ESF proposal is discussed in the Structural Measures and outermost regions working party (**SMOR**).
 - ❖ DG REGIO and DG EMPL, respectively, are in lead for the negotiations in SMOR for the **cohesion policy proposals**. Examination started in mid-September.
- ❖ On 31 July, the Council Presidency distributed **bracketed proposals**.
 - ❖ The AHWP MFF has been examining the 'bracketed' parts of the proposals, while the relevant working parties examine the remaining parts and may not conclude discussions on the bracketed provisions.
- ❖ Since late September, the Council Presidency has been working on draft **Negotiating Box (NEGOBOX)** to be presented in December to the leaders (EUCO) for the first debate.

- The final decision on the **working method in the EP is pending**.

- ❖ TBD in November





Obrigado !

© European Union 2025

Unless otherwise noted the reuse of this presentation is authorised under the [CC BY 4.0](#) license. For any use or reproduction of elements that are not owned by the EU, permission may need to be sought directly from the respective right holders.



Outros Assuntos



Obrigada
pela sua participação!